

# Seguro Inclusivo da China (e.g. Seguro Agrícola) : Estado Actual, Oportunidades e Desafios

30 de Outubro de 2024



1

Visão geral sobre o seguro inclusivo

2

Principais práticas para promover o desenvolvimento do seguro agrícola

3

Estado actual do desenvolvimento do seguro agrícola

4

Problemas existentes no desenvolvimento do seguro agrícola e os próximos passos



## Visão geral sobre o seguro inclusivo

- ◆ Em 2023, a Conferência Central de Trabalho Financeiro apontou as principais tendências: **finanças tecnológicas, finanças verdes, finanças inclusivas, finanças de pensões e finanças X[ ]H[ ]g[ ]**
- ◆ Em 2023, o Conselho de Estado emitiu os Pareceres sobre a Implementação da Promoção do Desenvolvimento de Alta Qualidade das Finanças Inclusivas, que apresentam novos requisitos para o desenvolvimento do seguro inclusivo.
- ◆ Em 2024, a Administração Nacional de Regulação Financeira emitiu os Pareceres de Orientação sobre a Promoção do Desenvolvimento de Alta Qualidade do Seguro Inclusivo.



# Visão geral sobre o seguro inclusivo

## Quatro princípios básicos do seguro inclusivo

- ◆ Aderir a uma ampla cobertura para melhorar o alcance dos serviços de seguro.
- ◆ Aderir ao benefício do povo para melhorar a acessibilidade econômica dos serviços de seguro.
- ◆ Aderir à justiça e honestidade para melhorar a natureza de proteção dos produtos de seguro.
- ◆ Aderir a uma operação estável e sólida para melhorar a sustentabilidade da operação de seguros.



# Visão geral sobre o seguro inclusivo

## História do desenvolvimento do seguro agrícola

- ◆ Em 2003, a 3.ª sessão plenária do 16.º Comitê Central do Partido Comunista da China propôs, pela primeira vez, explorar o estabelecimento de um sistema político de seguro agrícola.
- ◆ Em 2007, implementou-se a subvenção aos prêmios de seguro agrícola das autoridades financeiras centrais.
- ◆ Em 2013, entraram oficialmente em vigor os Regulamentos do Seguro Agrícola.
- ◆ Em 2019, foram emitidos os Pareceres de Orientação sobre a Aceleração do Desenvolvimento de Alta Qualidade do Seguro Agrícola, marcando uma nova fase da promoção acelerada do desenvolvimento de alta qualidade do seguro agrícola.



# Visão geral sobre o seguro inclusivo

## Definição e significado do seguro agrícola

- ◆ O seguro agrícola refere-se à actividade de seguro em que as instituições seguradoras, ao abrigo de um contrato de seguro agrícola, assumem a responsabilidade de compensar o segurado por perdas de propriedade, em que o objecto do seguro sofre incidentes acordados, tais como catástrofes naturais, acidentes, epidemias e doenças, no decurso de produção da plantação, silvicultura, pecuária e pesca.
- ◆ Além disso, os Regulamentos do Seguro Agrícola prevêm também o "seguro relacionado com a agricultura", o que se refere a seguros, além do seguro agrícola, que proporcionam protecção aos agricultores na sua produção agrícola e na sua vida, incluindo seguros de propriedade para edifícios agrícolas, máquinas agrícolas, barcos de pesca e outros bens, bem como seguros de acidentes de curta duração que envolvem a vida, a saúde e outros aspectos relativos aos agricultores.



# Visão geral sobre o seguro agrícola

---

## Princípios do desenvolvimento do seguro agrícola

- ◆ **Liderado pelo Governo**
- ◆ **Funcionamento do mercado**
- ◆ **Autônomo e voluntário**
- ◆ **Promoção colaborativa**



## Visão geral sobre o seguro agrícola

---

### Panorama do mercado do seguro agrícola

- ◆ **Companhias de seguros abrangentes**
- ◆ **Companhias especializadas em seguro agrícola**
- ◆ **Organizações de seguro de ajuda mútua agrícola**
- ◆ **Companhias especializadas em resseguro agrícola**



# Visão geral sobre o seguro agrícola

## Subvenções financeiras para seguro agrícola

- ◆ (1) Plantação. Arroz, trigo, milho, algodão, batata, culturas oleaginosas, culturas alicareiras, borracha natural, cultura e produtos de três principais alimentos (arroz, trigo e milho).
- ◆ (2) Criação animal. Porcas reprodutoras, porcos de consumo, vacas leiteiras.
- ◆ (3) Silvicultura. Florestas de bem-estar público, florestas comerciais.
- ◆ (4) Variedades específicas do Tibete. *Orge du Tibet*, iaques, ovelhas tibetanas.



## Principais práticas para promover o desenvolvimento do seguro agrícola

- ◆ Elevar a exactidão e subscrição de seguros e de indemnizações
- ◆ Promover a normalização dos produtos de seguro agrícola e melhorar a precisão de definição dos preços
- ◆ Optimizar a estrutura das instituições seguradoras
- ◆ Desempenhar o papel de prevenção e redução das catástrofes
- ◆ Reforçar continuamente a supervisão



## Estado actual do desenvolvimento do seguro agrícola

### Desenvolvimento estável do seguro agrícola

- ◆ Rendimentos provenientes dos prémios de seguros entre os melhores do mundo
- ◆ Número de agricultores segurados pelo seguro agrícola, montante da cobertura de riscos fornecido
- ◆ Cobertura de seguro agrícola dos três principais alimentos: arroz, trigo e milho
- ◆ Profundidade do seguro agrícola (prémios/valor acrescentado da indústria primária)
- ◆ Densidade do seguro agrícola (prémios/população dedicada à agricultura)



### Reforço maior da garantia financeira

- ◆ Aumento acelerado das subvenções aos prémios de seguro agrícola
- ◆ Servir essencialmente para salvaguardar a segurança alimentar nacional
- ◆ As autoridades financeiras centrais atribuem fundos para as subvenções aos prémios de seguro agrícola
- ◆ As autoridades financeiras centrais atribuem subvenções aos prémios de seguros para os três principais alimentos



### Aumento significativo do nível de cobertura

- ◆ Seguro para os três principais alimentos
- ◆ Seguro para culturas oleaginosas
- ◆ Seguro para culturas açucareiras
- ◆ Seguro para borracha natural
- ◆ Seguro para criação animal



### **Desempenho eficaz da compensação**

- ◆ **Pagamento de indemnização pelo seguro agrícola**
- ◆ **Número de agricultores beneficiários**
- ◆ **O seguro agrícola está a desempenhar um papel cada vez mais importante na ajuda à recuperação e reconstrução das zonas afectadas por catástrofes e na salvaguarda da segurança dos bens dos agricultores**



### Melhoria contínua da capacidade de serviço

- ◆ Desempenhar plenamente a função do mecanismo de seguro de prevenção, avaliação de riscos, controlo de riscos durante incidentes segurados e serviço de indemnização pós-desastre
- ◆ Tecnologia potencia e promove o desenvolvimento do seguro agrícola
- ◆ Expansão contínua das áreas de serviços



## Problemas existentes no desenvolvimento do seguro agrícola e os próximos passos


O desenvolvimento geográfico ainda não é equilibrado. Ainda há margem de melhoria em relação à exactidão de subscrição de seguros e indemnização. O apoio de dados ainda é fraco e o mecanismo de resposta a grandes catástrofes precisa de ser melhorado.

- ◆ 1. Continuar a promover a "expansão de cobertura, o aumento dos produtos e a elevação das metas"
- ◆ 2. Reforçar a construção de infra-estruturas
- ◆ 3. Melhorar o nível da capacidade de regulamentação



Obrigado!





# Trabalhos sobre o combate ao branqueamento de capitais realizados em Macau: uma história de sucesso

JOSÉ CARAPINHA

JURISTA DO GABINETE DE INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA DOS

SERVÍCIOS DE POLÍCIA UNITÁRIOS



# Sumário

Primeiro  
momento

antes da adesão de Macau ao APG (1991-2001)

Segundo  
momento

da adesão de Macau ao APG e da primeira ronda de avaliação de Macau (1.ª MER) e revisão do quadro normativo contra o branqueamento de capitais e da segunda ronda de avaliação de Macau pelo APG (2.ª MER) (2001-2007)

Terceiro  
momento

da adopção do segundo relatório de avaliação conjunta de Macau (2.ª MER) e terceira ronda de avaliação de Macau e consequente relatório de avaliação conjunta (3.ª MER) - (2007-2017)

Quarto  
momento

da adopção do 3.º relatório de avaliação conjunta (3.ª MER) até ao presente (2017-2024)

Quinto  
momento

Os desafios do futuro próximo



# Primeiro momento: antes da adesão de Macau ao APG (1991-2001)

## ” No domínio internacional:

- ” a) Convenção de Viena contra o Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas de 1988 (estendida a Macau apenas em 14 de Julho de 1998)
- ” b) Estabelecimento do GAFI em 1989 com a adopção das 40 Recomendações
- ” c) Estabelecimento do APG 1997
- ” d) Adesão de Macau ao APG em 2001 (observador desde 1998)

## ” No domínio interno:

- ” a) Artigo 22.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro (apenas no domínio da perda de bens)
- ” b) Alínea u), do n.º 21, do artigo 1.º e artigo 10.º da Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho (Lei da Criminalidade Organizada)
- ” Decreto-Lei n.º 24/98/M, de 1 de Junho cria a obrigação de reportar operações suspeitas para as instituições financeiras e uma série de sectores de actividade económica (casinos, casas de penhor, comerciantes de obras de arte e de artigos de joalharia, intermediários do sector imobiliário e comerciantes de bens móveis sujeitos a registo)



Segundo momento: da adesão de Macau ao APG e da primeira ronda de avaliação de Macau (1.ª MER) e revisão do quadro normativo contra o branqueamento de capitais e segunda ronda de avaliação de Macau pelo APG (2.ª MER) (2001-2007)

- “ Em 2001 Macau foi sujeito a uma primeira avaliação pelo APG (1.ª MER) uma vez que ser sujeito a uma avaliação era pré-condição para a adesão ao APG
- “ O resultado dessa avaliação não se consumou em nenhum *rating* uma vez que, na altura, as avaliações levavam apenas à emissão dum conjunto de recomendações pela equipa de avaliação da jurisdição avaliada que esta se comprometia a implementar
- “ As recomendações emitidas pela equipa de avaliação a Macau foram no sentido de:
  - a) Elevação da consciencialização da necessidade de combater o branqueamento de capitais (financiamento do terrorismo ainda não fazia parte do mandato do GAFI)
  - b) Necessidade de emissão de instruções às entidades obrigadas
  - c) Necessidade de introdução de alterações no quadro normativo nomeadamente no domínio dos poderes das autoridades competentes para a investigação e supervisão
  - d) Necessidade de reforçar os meios e capacidades técnicas dos mesmos
  - e) Necessidade de estabelecer uma unidade de informação financeira
  - f) Necessidade de reforçar a cooperação internacional no domínio do combate ao branqueamento de capitais



Segundo momento: da adesão de Macau ao APG e da primeira ronda de avaliação de Macau (1.ª MER) à revisão do quadro normativo contra o branqueamento de capitais e à segunda ronda de avaliação de Macau pelo APG (2.ª MER) (2001-2007)

“ Desenvolvimentos no domínio internacional:

- “ a) Ataques de 11 de Setembro de 2001 nos EUA geram uma reacção do GAFI através da adopção de 8 Recomendações Especiais contra o financiamento ao terrorismo
- “ b) Uma revisão profunda das Recomendações do GAFI e a adopção duma 9.ª Recomendação Especial relativa aos transportadores de fundos ocorre em 2003 determinando uma mudança na marca GAFI para as 40+9 Recomendações



Segundo momento: da adesão de Macau ao APG e da primeira ronda de avaliação de Macau (1.ª MER) à revisão do quadro normativo contra o branqueamento de capitais e à segunda ronda de avaliação de Macau pelo APG (2.ª MER) (2001-2007)

## “ Desenvolvidos no domínio interno:

a) Extensão a Macau das Convenções Internacionais requeridas pelos novos padrões do GAFI:

- “ Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento ao Terrorismo de 1999 (em 28 de Junho de 2006)
- “ Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional de 2000 (Convenção de Palermo, em 8 de Setembro de 2004)
- “ Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 (Convenção de Merida em 21 de Fevereiro de 2006)

b) Adopção dum quadro normativo específico interno de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo através da adopção de:

- “ Lei n.º 2/2006 (Prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais)
- “ Lei n.º 3/2006 (Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo)
- “ Regulamento Administrativo n.º 7/2006 (Aprova as medidas de natureza preventiva dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo)
- “ Despacho do Chefe do Executivo n.º 227/2006 (Cria o Gabinete de Informação Financeira)
- “ Adopção de instruções sectoriais por parte das autoridades de supervisão designadas



Segundo momento: da adesão de Macau ao APG e da primeira ronda de avaliação de Macau (1.ª MER) à revisão do quadro normativo contra o branqueamento de capitais e à segunda ronda de avaliação de Macau pelo APG (2.ª MER) (2001-2007)

” Implicações institucionais:

- a) Mudança na coordenação dos trabalhos de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo do domínio da AMCM para o GIF
- b) Criação no Departamento dos Crimes Económicos da Polícia Judiciária duma Divisão de Combate ao Branqueamento de Capitais
- c) Criação no seio do Ministério Público duma equipa de procuradores seniores encarregados da supervisão da investigação dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo

” Resultados da avaliação de Macau pelo APG:

- a) *Compliant* em 7 recomendações
- b) *Largely Compliant* em 15 recomendações + 4 recomendações especiais
- c) *Partially Compliant* em 18 recomendações + 4 recomendações especiais
- d) *Non-Compliant* numa recomendação especial (relativa aos transportadores de fundos)

Resultado Final: Acompanhamento reforçado (*Enhanced follow up*) com obrigação de reportar anualmente sobre os progressos efectuados



Terceiro momento: da adopção do 2.º MER pela terceira ronda de avaliações pelo APG e adopção do 3.º MER da RAEM (2007-2017)

” Medidas implementadas na conclusão do 2.º MER:

- a) Adopção dum Plano Estratégico destinado a implementar as recomendações constantes do 2.º MER da RAEM
- b) Desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto das entidades obrigadas por parte dos respectivos supervisores
- c) Reforço da cooperação entre as autoridades competentes no domínio AML/CFT através da institucionalização formal do Grupo de Trabalho Interdepartamental AML/CFT através do Despacho Interno do Chefe do Executivo n.º 11/CE/2014 de 10 de Janeiro
- d) Revisão das instruções sectoriais por parte das autoridades de supervisão



## Terceiro momento: da adopção do 2.º MER pela APG e adopção do 3.º MER da RAEM (2007-2017)

” Na conclusão da 3.ª ronda de avaliações o GAFI procedeu, novamente, a uma revisão profunda dos padrões internacionais a aplicar na sua 4.ª ronda de avaliações em 2012. As alterações mais relevantes foram:

- a) Reorganização das 40+9 recomendações por forma a voltar a marcar as 40 recomendações através da incorporação das 9 recomendações especiais no conteúdo das novas 40 recomendações
- b) Adopção transversal do conceito de risco ao longo das 40 recomendações e metodologia de avaliação
- c) Inclusão no mandato do GAFI da questão do financiamento e proliferação de armas de destruição massiva
- d) Reforço dos requisitos relativos à implementação das medidas preventivas de combate AML/CFT (incluindo no que respeita ao reforço das medidas de transparência relativas às pessoas colectivas e outras entidades sem personalidade jurídica através da introdução de obrigações relativas à identificação dos seus beneficiários efectivos)
- e) Expansão das medidas relativas à cooperação internacional
- f) Introdução na Metodologia de Avaliação de uma componente relativa à avaliação da eficácia dos sistemas AML/CFT (*effectiveness*)



Terceiro momento: da adopção do 2.º MER pela terceira ronda de avaliações pelo APG e adopção do 3.º MER da RAEM (2007-2017)

“Medidas implementadas pela RAEM em resposta às alterações introduzidas pelo GAFI nos padrões internacionais:

- a) Adopção dum Segundo Plano Estratégico 2012-2017
- b) Adopção da Lei n.º 6/2016 (Regime de execução de congelamento de bens) por forma a responder à necessidade de implementação das sanções financeiras específicas relacionadas com o terrorismo e com o financiamento do terrorismo bem como o financiamento da proliferação de armas de destruição massiva (TFS)
- c) Revisão das Leis n.º 2/2006, n.º 3/2006 através da Lei n.º 3/2017 e do Regulamento Administrativo n.º 7/2006 através do Regulamento Administrativo n.º 17/2017
- d) Adopção da Lei n.º 6/2017 (Controlo do transporte transfronteiriço de numerário e de instrumentos negociáveis ao portador)



Terceiro momento: da adopção do 2.º MER à terceira ronda de avaliações pelo APG e adopção do 3.º MER da RAEM (2007-2017)

“ As alterações no quadro normativo vigente traduziram-se em:

- a) Alargamento do âmbito de aplicação do crime de branqueamento de capitais a uma lista de crimes não abrangidos pelo patamar dos 3 anos de prisão (crime original da Lei n.º 2/2006) passando a adoptar um Sistema misto de patamar mais lista
- b) Inclusão na definição do crime de branqueamento de capitais de duas novas disposições a reforçar a autonomia deste crime relativamente ao crime precedente
- c) Inclusão na Lei de algumas infracções administrativas anteriormente constantes do Regulamento Administrativo n.º 7/2006 em função de imperativos para-constitucionais
- d) Expansão e reforço das medidas preventivas AML/CFT
- e) Introdução de medidas processuais penais especiais no combate AML/CFT (designadamente da possibilidade de controlo de contas bancárias mediante autorização judicial)
- f) Agravamento das penas aplicáveis aos actos preparatórios no domínio dos crimes de terrorismo
- g) Redefinição do crime de financiamento ao terrorismo por forma a autonomizar este crime dos crimes de terrorismo associados e prever as condutas associadas aos combatentes terroristas estrangeiros



Terceiro momento: da adopção do 2.º *MER* pela terceira ronda de avaliações pelo APG e adopção do 3.º *MER* da RAEM (2007-2017)

” As alterações no quadro normativo vigente traduziram-se em: (cont.)

- a) Expansão dos deveres de diligência relativos aos clientes (*CDD*) através da inclusão de obrigações relativas à identificação dos beneficiários finais efectivos
- b) Introdução da obrigação por parte das entidades obrigadas de conduzir as suas próprias avaliações de risco e aplicação das medidas mitigantes dos riscos identificados adequadas
- c) Reforço dos poderes de inspecção das entidades de supervisão
- d) Extensão do dever de reportar transacções suspeitas e transacções tentadas mas não realizadas
- e) Realização em 2014 (concluído em 2015) do Primeiro Relatório de Avaliação de Riscos da RAEM



## Terceiro momento: da adoção do 2.º MER à terceira ronda de avaliações pelo APG e adoção do 3.º MER da RAEM (2007-2017)

“ Os resultados obtidos pela RAEM na conclusão da sua 3.ª ronda de avaliações foram:

“ a) Em relação ao cumprimento técnico (*technical compliance*):

“ *Compliant* em 22 das 40 recomendações

“ *Largely Compliant* em 15 das 40 recomendações

“ *Partially Compliant* em 2 das 40 recomendações

“ *Non-compliant* em uma das 40 recomendações (recomendação 32 relativa aos transportadores de fundos uma vez que a lei adoptada para responder a esta obrigação apenas entrou em vigor após a visita *on site* da equipa de avaliação )

“ b) Em termos de eficácia (*effectiveness*)

“ Eficácia substancial em 6 dos 11 resultados imediatos

“ Eficácia moderada em 3 dos 11 resultados imediatos

“ Eficácia baixa em 2 dos 11 resultados imediatos

Resultado global: Acompanhamento regular (*regular follow up*) com obrigação de reportar bianualmente. Primeira jurisdição do APG a obter este resultado



## Quarto momento: da adopção do 3.º relatório de avaliação conjunta (3.º MER) até ao presente (2017 -2024)

- “ Na conclusão da 3.ª ronda de avaliação da RAEM identificam-se os seguintes momentos relevantes:
  - “ Adopção do Terceiro Plano Estratégico da RAEM por forma a implementar as medidas necessárias à correcção das deficiências identificadas no 3.º MER da RAEM
  - “ Apresentação em 2019 do 1.º relatório de acompanhamento regular onde a RAEM obteve a reclassificação de cumprimentos técnico relativo às três recomendações deficientes (22, 23 e 32) para *Largely Compliant* tornando-se, nesse momento, na primeira jurisdição a nível mundial a obter uma nota técnica positiva (*compliant* e *largely compliant*) com as 40 recomendações do GAFI. À data de hoje apenas mais 12 jurisdições atingiram este nível de cumprimento técnico
  - “ Realização em 2020 duma segunda ronda da avaliação de riscos da RAEM tendo-se neste momento concluído a terceira ronda por forma a manter permanentemente actualizada a análise de riscos da RAEM



## Quarto momento: da adopção do 3.º relativo de avaliação conjunta (3.º MER) até ao presente (2017 -2024)

- “ Na conclusão da 3.ª ronda de avaliação da RAEM identificam-se os seguintes momentos relevantes (cont.):
  - “ Transformação do GIF de equipa de projecto em estrutura permanente através da sua inclusão na estrutura dos Serviços de Polícia Unitários (ainda que mantendo a natureza de FIU de tipo administrativo) por forma a potenciar as sinergias do GIF com os órgãos de investigação criminal
  - “ Em Outubro de 2020 foi criado na Polícia Judiciária um Departamento de Segurança no seio do qual foi estabelecida uma Divisão de Alerta Precoce e Investigação de Crimes de Terrorismo
  - “ Desde a adopção do 3.º MER da RAEM até ao presente tem-se verificado um incremento significativo de investigações, acusações e condenações pelo crime de branqueamento de capitais, sendo que, em alguns casos, os bens declarados perdidos a favor da RAEM atingiram valores extraordinariamente significativos



## Quinto momento: os desafios do futuro próximo

- ” Concluiu a quarta ronda de avaliação do GAFI, mais uma vez esta organização reforça os *standards* internacionais, provocando a necessidade do ajustamento do quadro normativo vigente na RAEM, o qual se encontra em fase estudo e preparação para a nova ronda de avaliação pelo APG (2028/2029) em três áreas fundamentais:
  - ” a) Regulamentação ou proibição de actividades relativas a activos virtuais e prestadores de serviços de activos virtuais
  - ” b) Reforço das medidas de transparência relativa a pessoas colectivas e outras entidades sem personalidade jurídica
  - ” c) Reforço das medidas relativas à recuperação de activos




MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO

QUESTÕES?

Artigo: A luta contra o combate ao branqueamento de capitais, terrorismo, financiamento e o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa: perspetiva histórica, situação atual, desafios à frente. GAMING LAW REVIEW 2023

Contacto: [jose\\_carapinha@gif.gov.mo](mailto:jose_carapinha@gif.gov.mo)



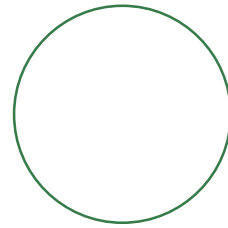


# A PREVENÇÃO E O COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO NA ACTIVIDADE SEGURADORA DE MACAU

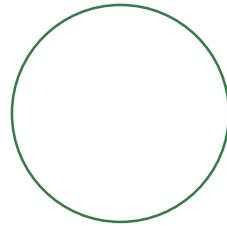
30 de Outubro de 2024



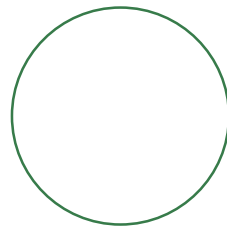
# Temas



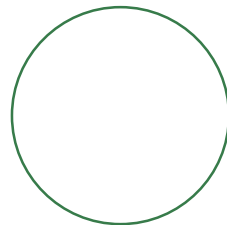
**1. Leis e Regulamentos e Directivas para a Prevenção e o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo na Actividade Seguradora**



**2. Resultado da avaliação dos riscos do sector segurador**



**3. Medidas regulamentares**



**4. Promoções educacionais**

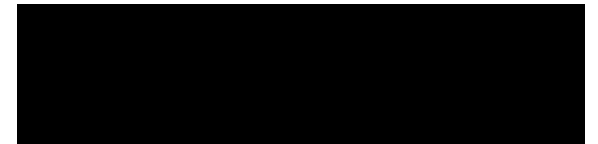




# **1. Leis e Regulamentos e Directivas para a Prevenção e o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo na Actividade Seguradora**



## 1.1 Enquadramento do Anti-Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo na Actividade Seguradora





## 1.2 Leis e regulamentos do Anti-Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo

Lei n.º 12/2006 - Prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais  
\*alterada pela Lei n.º 13/2017.

É Estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de branqueamento de capitais  
É Designa os deveres que as entidades devem cumprir, o regime sancionatório e a regulamentação relacionada.

Lei n.º 13/2006 - Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo  
\*alterada pela Lei n.º 13/2017

"Destina-se à prevenção e repressão dos crimes de terrorismo.  
"Designa os deveres que as entidades devem cumprir, o regime sancionatório e a regulamentação relacionada.

Regulamento Administrativo n.º 17/2006 - Medidas de natureza preventiva dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo  
\*alterada pela Lei n.º 17/2017

"Regulamenta os pressupostos e o conteúdo dos deveres de natureza preventiva da prática dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo e estabelece o sistema de fiscalização do seu cumprimento. Entre estes, cabe à AMCM a fiscalização do cumprimento dos deveres relativamente às entidades sujeitas à respectiva supervisão



### 1.3 Directivas para a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo na Actividade Seguradora

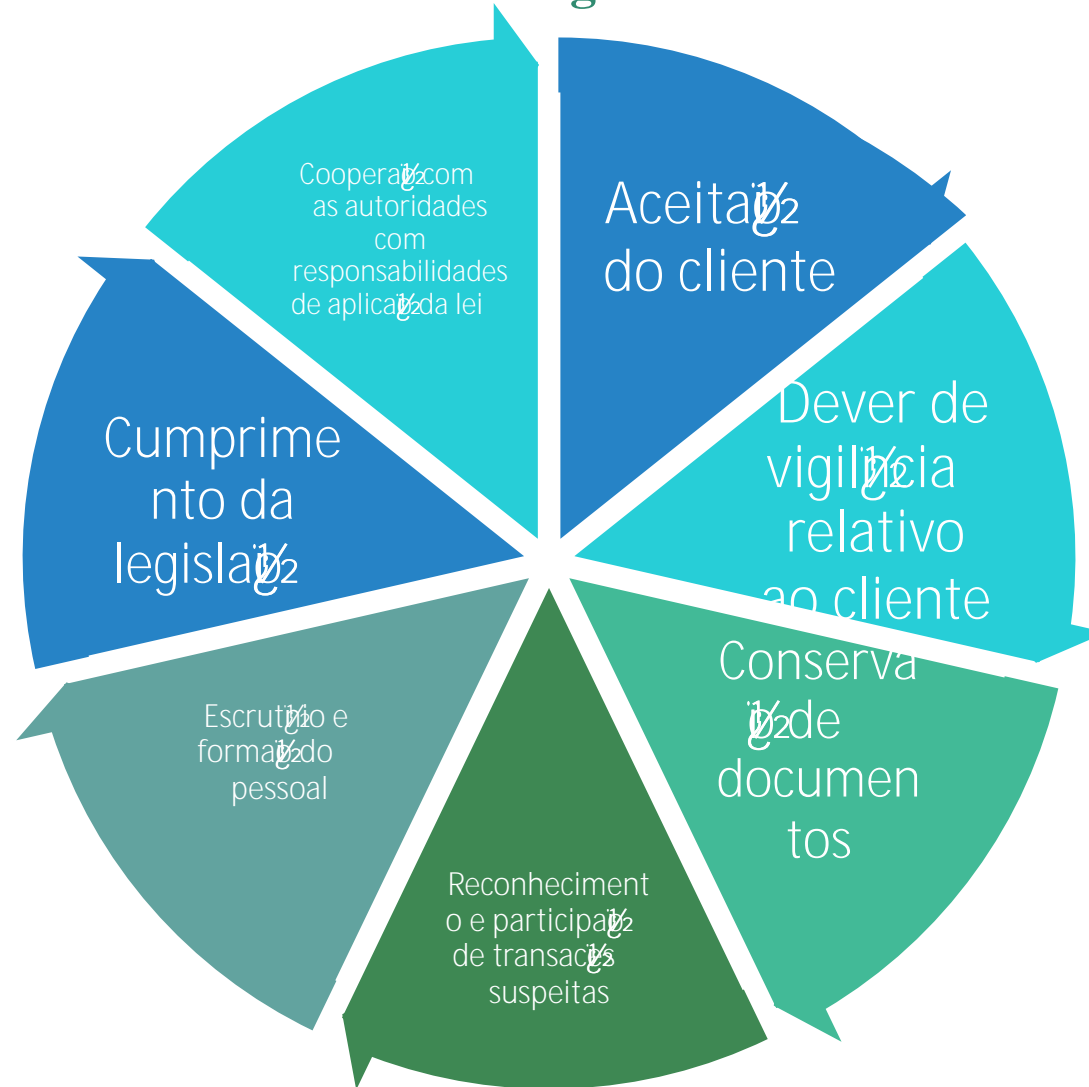
---

Aviso n.º 15/2014 -AMCM (Alterado  
pelo Aviso n.º 8/2019 -AMCM)

As seguradoras, as sociedades constituídas com o objectivo exclusivo de gestão de fundos de pensões de direito privado, as resseguradoras e os mediadores de seguros devem seguir as Directivas, tendo em vista a prevenção e combate às actividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.



# 1.4 Directivas para a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo na Actividade Seguradora





## 1.5

## Outras leis, regulamentos e directivas do Sector Segurador

Leis, regulamentos e directivas	Título
Decreto-Lei n.º 27/97/M *Alterado pela Lei n.º 21/2020	Regime jurídico da actividade seguradora
Decreto-Lei n.º 38/89/M Lei n.º 15/2024 (Entrada em vigor a 1 de Agosto de 2025)	Regime jurídico do exercício da actividade de mediação de seguros Lei da actividade de mediação de seguros
Aviso n.º 008/2021-AMCM Circular n.º 009/B/2021-DSG/AMCM Circular n.º 010/B/2021-DSG/AMCM	Conduta Profissional a Adoptar no Exercício da Actividade de Mediação de Seguros - Orientações de conduta dos agentes de seguros no exercício da actividade de mediação de seguros - Orientações de conduta dos corretores de seguros no exercício da actividade de mediação de seguros
Circular n.º 007/B/2024-DSG/AMCM	Requisitos regulamentares para a emissão de cartas de abertura de contas bancárias a não residentes na Região Administrativa Especial de Macau





## 2. Resultado da Avaliação dos Riscos do Sector Segurador



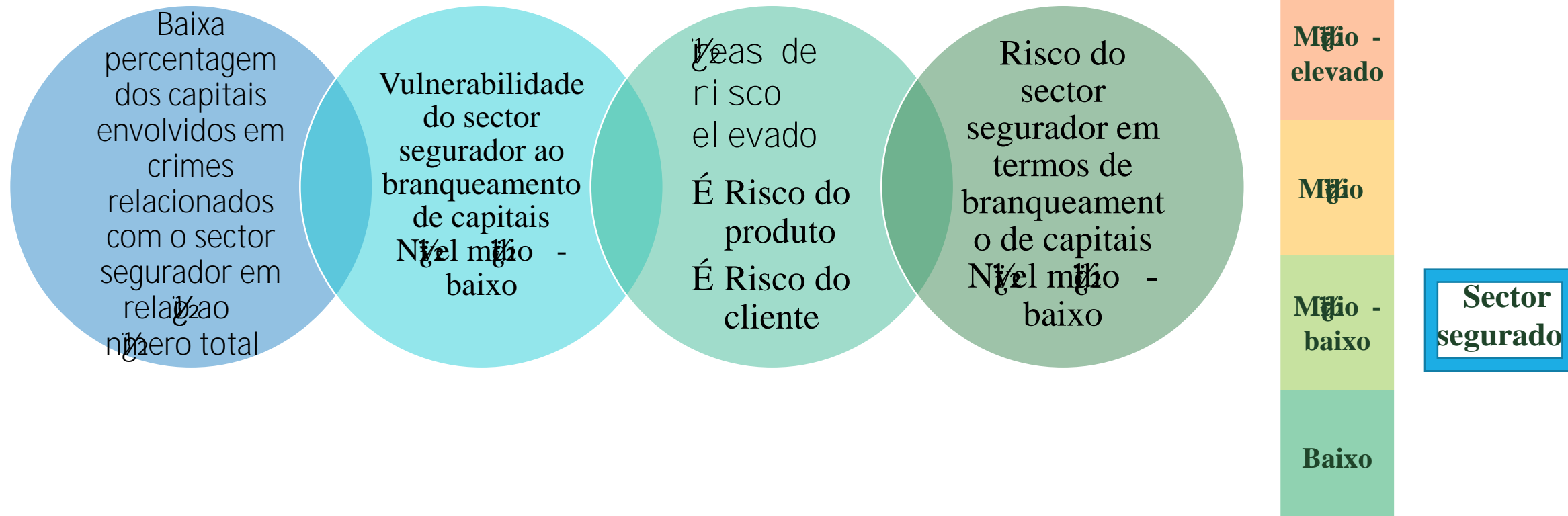
## 2.1

## Resultado da Avaliação dos Riscos do Sector Segurador

---

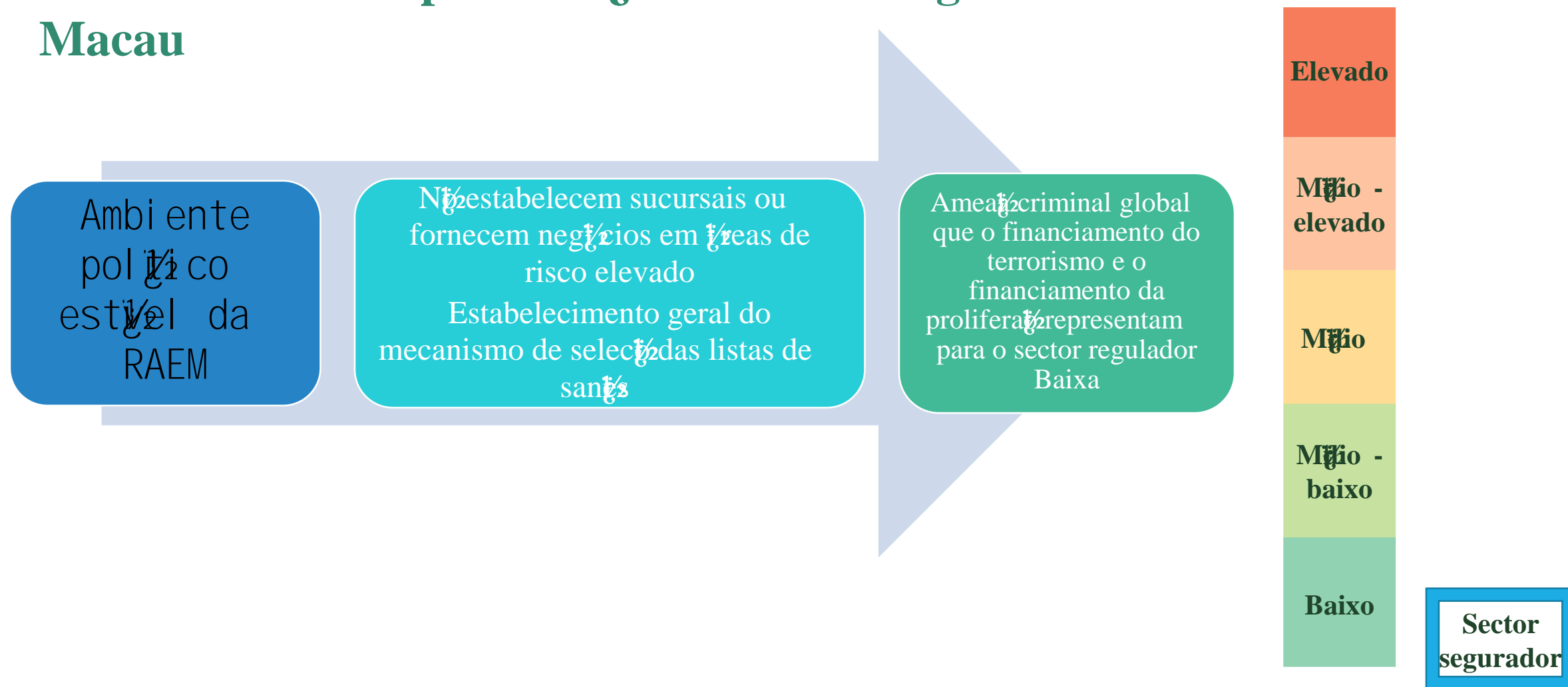


## 2.2 Riscos de branqueamento de capitais do sector segurador de Macau





## 2.3 Riscos de financiamento do terrorismo e do financiamento da proliferação do sector segurador de Macau







Tiempo 3

---

## 3. Medidas regulamentares



### 3.1 Medidas regulamentares

## Sistema de revisão de licenças

Revisão rigorosa dos pedidos de licenças de seguradoras apresentados:

- Fonte do financiamento
- Verificação da idoneidade dos membros da administração dos seguros de fiscalização das pessoas que detêm efectivamente a gestão da seguradora
- Descrição do sistema de gestão dos riscos e de controlo interno e do mecanismo de prevenção de combate ao branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo

As entidades que pretendam exercer a **actividade de mediação dos seguros** estão sujeitas à verificação da idoneidade, que deve ser mantida durante o prazo de validade da licença ou exercício das funções. Na verificação da idoneidade, devem ser considerados os seguintes aspectos: ser ou não acusado, estar pronunciado ou ter sido condenado por crimes branqueamento de capitais, terrorismo ou financiamento ao terrorismo;



## 3.2 Medidas regulamentares

Baseado no  
risco

### Supervisão off-site

Relatório Anual de Avaliações dos Riscos da Empresa

Inquérito anual sobre anti-branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

### Inspeções on-site

Avaliação da observância das medidas de controlo da seguradora

Avaliação da eficácia das medidas de controlo da seguradora

### Medidas regulamentares

Tomada das respectivas medidas regulamentares conforme a gravidade

Plano futuro



### 3.3 Medidas regulamentares

---

Cooperação  
internacional

Memorando de Entendimento  
Reunião de intercâmbio regulamentar

Cooperação  
local

Grupo de Trabalho Interdepartamental contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo  
Comissão Coordenadora do Regime de Congelamento

Publicação  
no sector

Reuniões com a Associação das Seguradoras de Macau  
Divulgação das listas de sanções das organizações internacionais





## 4. Promoci es educaci onai s



## 4. Promoções educacionais

---

Em 2023, co-organizada, com o GIF dos SPU, de um seminário online

No início de 2024, co-organizada, com o GIF dos SPU, da sessão de esclarecimento sobre a avaliação de riscos


Em 2024, seminário da partilha de conhecimentos sobre o combate ao branqueamento de capitais para os mediadores de seguros





Obrigado!





# **Regulamentação da Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo na Actividade de Media de Seguros em Macau**

**Departamento de Supervisão de Seguros da Autoridade  
Monetária de Macau (AMCMD)**

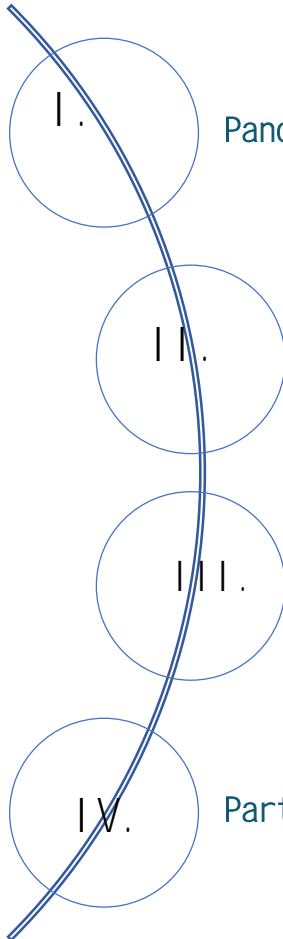
**30 de Outubro de 2024**





# Índice

---



I.	Panorama do Sector de Mediação de Seguros
II.	Directivas da Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais para Mediador de Seguros
III.	Regras e directivas da conduta profissional a adoptar no exercício da actividade de mediação de seguros
IV.	Partilha de Casos





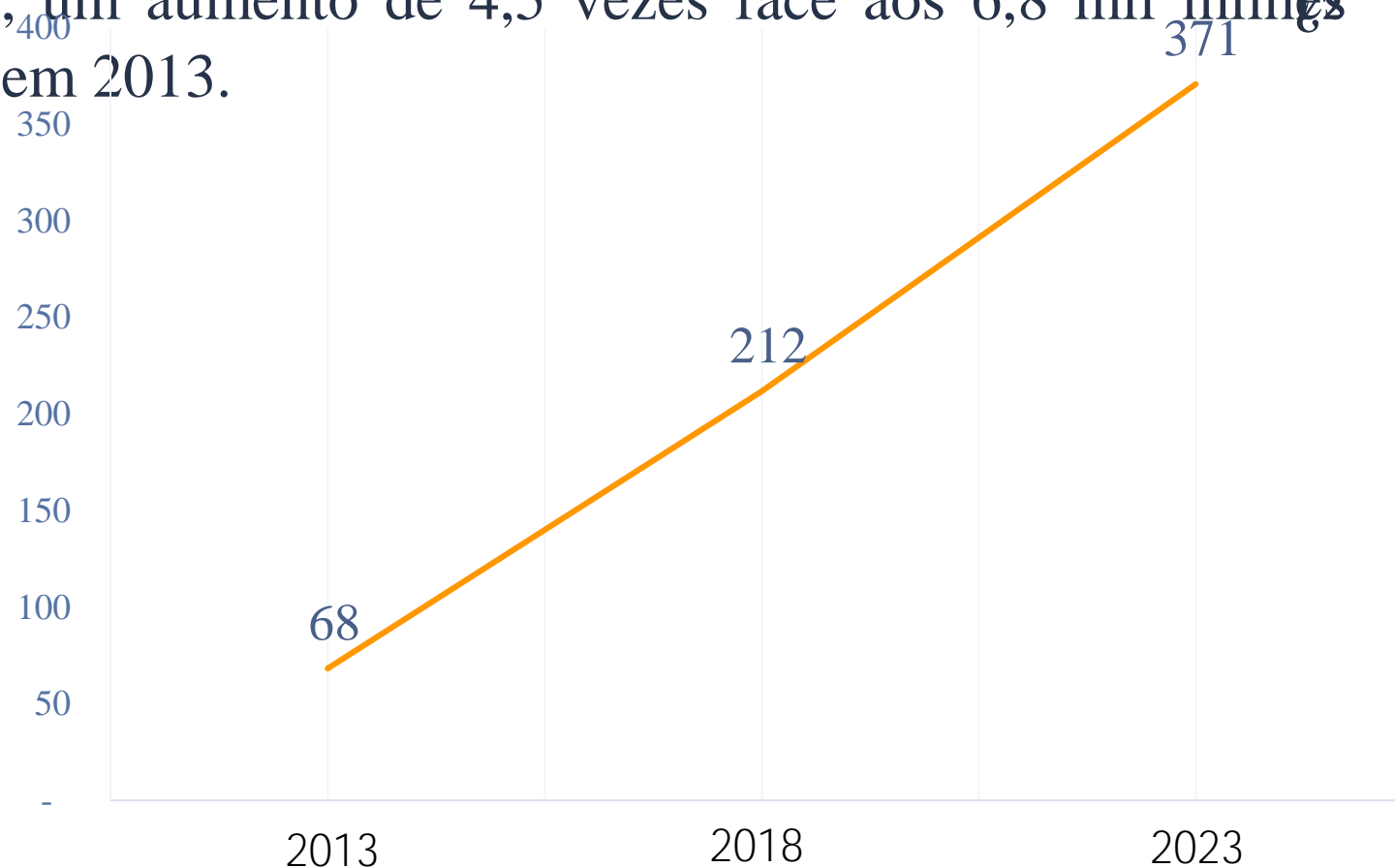
# I. Panorama do Sector de Mediação de Seguros



## 1.1 Dimensão do Sector de Seguros de Macau

Nos últimos anos, o sector de seguros de Macau registou um crescimento significativo. Em 2023, o volume de prémios brutos atingiu 37,1 mil milhões de patacas, um aumento de 4,5 vezes face aos 6,8 mil milhões de patacas registados em 2013.

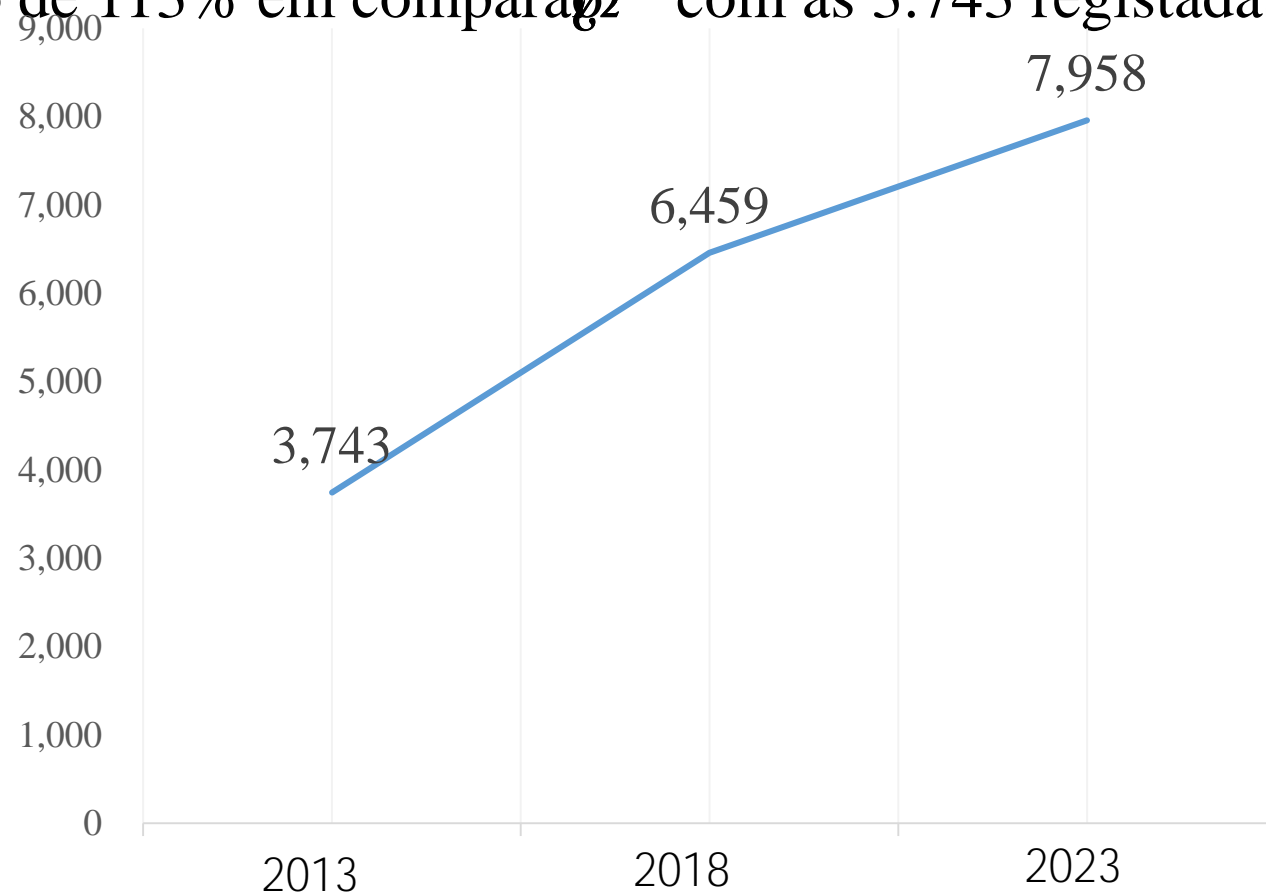
(Em mil milhões de patacas)





## 1.2 Mediadores de Seguros em Macau

Até 31 de dezembro de 2023, havia 7.958 pessoas (físicas e jurídicas) autorizadas a exercer actividade de mediação de seguros em Macau, um crescimento de 113% em comparação com as 3.743 registadas em 2013.







II. Directivas da Prevenção e Combate  
ao Branqueamento de Capitais para  
Mediador de Seguros



## 2. Directivas da Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais para Mediador de Seguros

Conforme as Directivas para a Prevenção e o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo na Actividade Seguradora, as instituições seguradoras devem adoptar políticas, procedimentos e medidas de controlo, incluindo

1. Aceitação do cliente;
2. **Dever de vigilância relativa** (CDD) \*
3. **Conservação de documentos** \*
4. **Reconhecimento e participação de transacções suspeitas** \*
5. **Escrutínio e formação profissional do pessoal** \*
6. Cumprimento da legislação e
7. Cooperação com as autoridades de aplicação da lei.

A maioria dos procedimentos e medidas requer a cooperação dos mediadores de seguros, para serem eficazes.



## 2.1 Directivas

## di I l g i c i a d e v i d a

### Parte III das Directivas 1. Aceitação do Cliente

As instituições seguradoras devem desenvolver políticas e procedimentos de aceitação do cliente com o objectivo de identificar o tipo de clientes e/ou dos beneficiários efectivos que constituam um risco mais elevado que a média em relação ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Previamente ao estabelecimento de uma relação de negócio, as instituições seguradoras devem avaliar a característica do produto solicitado, o propósito e a natureza da relação de negócio e quaisquer outros factores relevantes, com o objectivo de criar e manter o perfil de risco da relação com o cliente. Com base nessa avaliação a instituição seguradora deve decidir se aceita ou não a relação de negócio. Enquanto mediador de seguros, é necessário conhecer os procedimentos e apoiar as instituições seguradoras no cumprimento dessas obrigações.



### Parte III 2. Deve-se realizar o processo de vigilância relativo aos clientes e/ou aos beneficiários efectivos

#### Tempo de identificação e verificação

- É Antes de estabelecer relações de negócio, deve-se identificar e verificar a identidade dos clientes e dos beneficiários efectivos, bem como identificar os beneficiários.
- É Antes de o beneficiário exercer os direitos ao abrigo da apólice ou de a instituição seguradora efectuar um pagamento, deve-se verificar a identidade do beneficiário.
- É Se a identidade dos clientes e/ou beneficiários efectivos não puder ser confirmada, não se deve iniciar a relação de negócio ou realizar transacções, e deve-se considerar a possibilidade de participar transacções suspeitas.

#### Requisitos de dever de vigilância

A Parte III das Diretrizes estabelece os requisitos mínimos de dever de vigilância para diferentes categorias de clientes e/ou beneficiários efectivos, abrangendo pessoas singulares, pessoas colectivas, empresas informais, contas de fundos fiduciários, clientes de maior risco e pessoas politicamente expostas, entre outros. Os requisitos detalhados devem seguir as diretrizes internas de cada instituição seguradora.



### Parte III 2.14. Submissão de documentos

#### Delegação nos mediadores de seguros para o dever de vigilância relativo ao cliente

- £ Uma instituição seguradora pode delegar nos mediadores de seguros a realização do dever de vigilância relativo ao cliente. Desta forma, a instituição seguradora deve certificar-se da adequação do dever de vigilância relativo ao cliente a ser efectuada pelos mediadores de seguros;
- £ Quando a instituição seguradora solicitar as informações necessárias sobre os dados de identificação relevantes do cliente e/ou do beneficiário efectivo, o mediador de seguros deve submeter as informações sem atrasos;
- £ Para efeitos de referência pela instituição seguradora ou pelas autoridades competentes, bem como para a monitorização continua do cliente e/ou do beneficiário efectivo; e
- £ O mediador de seguros, ao fornecer adequadamente os documentos, pode facilitar o cumprimento dos requisitos regulamentares da conservação de documentos.



## 2.3 Directivas Reconhecimento e participação de transacções suspeitas

### Parte III 4. Reconhecimento e participação de transacções suspeitas

#### III.4.1. Reconhecimento de transacções suspeitas

- £ O anexo das directrizes contém indicadores de transacções suspeitas e exemplos de branqueamento de capitais relacionados com o sector de seguros; e
- £ Deve-se cumprir as regras de reconhecimento e participação de transacções suspeitas estabelecidas pela instituição seguradora.

#### III.4.2. Participação de transacções suspeitas

- £ O dever de participar emerge quando se verificar que há alguém que se torna suspeito de uma transacção envolvendo branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo;
- £ Se os mediadores de seguros considerarem suspeitas as quantias pagas ao abrigo de um contrato, para além de partilhar essa suspeita com a sua instituição seguradora, deve participar a mesma directamente ao GIF. A informação à sua instituição seguradora pode ser efectuada quando participar o caso ao GIF ou quando entregar a documentação à instituição seguradora para processamento;
- £ Deve-se cumprir as obrigações de confidencialidade.



## 2.4 Directivas sobre Formação / educação contínua

### Parte III 5.3. Programas para educação / formação

#### Programas para educação / formação

- £ Participar activamente nos programas de formação contínua oferecidos pelas instituições seguradoras, compreendendo os requisitos para a verificação da identidade dos clientes e a participação de transacções suspeitas; e
- £ Através da participação em programas de formação de instituições seguradoras ou outras organizações profissionais, manter-se actualizado sobre os desenvolvimentos dos riscos do sector, sobre as tendências de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e sobre novas técnicas.



### Anexo A: Indicadores de transacções suspeitas

#### Exemplos de indicadores de transacções suspeitas

- £ Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo através de contratos de seguros de primeiro risco ;
- £ Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo envolvendo instituições seguradoras, trabalhador e agente;
- £ Outros indicadores de branqueamento de capitais usando contratos de seguro.



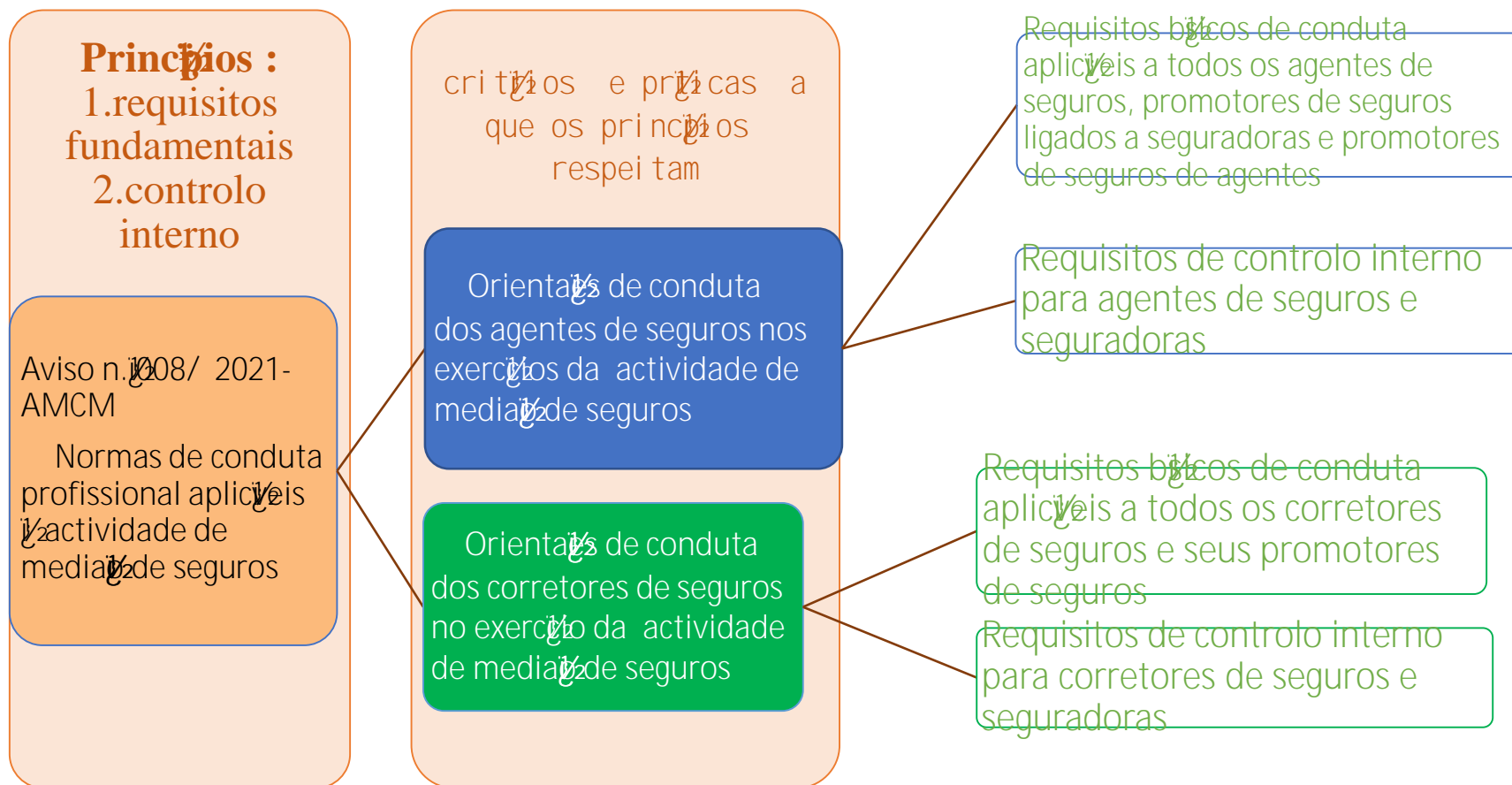


III. Regras e directivas da conduta  
profissional a adoptar no exercício  
da actividade de mediação de seguros



## 3.1 Regras e directivas da conduta profissional a adoptar no exercício da actividade de mediação de seguros

### Directivas e regras





## 3.2 Regras e directivas da conduta profissional a adoptar no exercício da actividade de mediação de seguros

**Aviso 008/2021-AMCM** o ponto 3 do sub-parágrafo (i) do ponto 3

- a) **Actuar com honestidade, integridade e isenção;**
- b) Promover o tratamento justo dos clientes, actuando no interesse máximo destes;
- c) Actuar de forma prudente, com habilidades adequadas, agindo com todos os esforços;
- d) Dispor de nível apropriado de conhecimentos e experiência profissional, limitando -se apenas ao exercício de actividades de mediação de seguros compatíveis com as competências por estes detidas;
- e) Cumprir a lei e os diplomas legais em matéria de protecção de dados pessoais, mantendo a confidencialidade dos dados pessoais dos clientes;
- f) Divulgar informações e os dados necessários de que os clientes necessitam para ter uma compreensão e um conhecimento integral sobre os mesmos, antes de o cliente tomar qualquer decisão importante sobre o contrato de seguro;
- g) Emitir apenas conselhos adequados aos clientes, desde que se tenha realizado uma avaliação exaustiva da situação geral dos clientes;
- h) **Assegurar o tratamento adequado do dinheiro entregue pelos clientes.**



### 3.3 Regras e directivas da conduta profissional a adoptar no exercício da actividade de mediação de seguros

#### a) Actuar com honestidade, integridade e isenção

Cumprir a legislação e os regulamentos aplicáveis  
Não auxiliar em actividades ilegais; e  
Não se envolver em fraudes ou práticas ilícitas.

#### h) Assegurar o tratamento adequado do dinheiro entregue pelos clientes

“ Os agentes de seguros, angariadores de seguros e corretores de seguros devem cumprir rigorosamente os requisitos legais aplicáveis ao receber prémios de seguros em numerário ou por transferência bancária dos clientes.



### 3.4 Regras e directivas da conduta profissional a adoptar no exercício da actividade de mediação de seguros

Circular 009/B/2021-  
DSG/AMCM

Orientações de conduta aplicáveis aos agentes de seguros no exercício da actividade de mediação de seguros

Circular 010/B/2021-  
DSG/AMCM

Orientações de conduta aplicáveis aos corretores de seguros no exercício da actividade de mediação de seguros

As entidades responsáveis devem:

- £ Implementar medidas de controlo, procedimentos e supervisão adequados para garantir a avaliação dos mediadores no momento da contratação bem como a conclusão das formalidades necessárias e de formalidades contínuas ;
- £ As medidas de controlo relevantes para as seguradoras devem incluir a prevenção de actividades de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo: i) estabelecer políticas e procedimentos internos para identificar, monitorizar e participar transacções suspeitas; ii) implementar programas de formação contínua ; iii) criar um mecanismo de revisão para testar a eficácia dessas medidas;
- £ Caso a seguradora suspeite que o seu agente de seguros ou angariador de seguros esteja envolvido em actividades de branqueamento de capitais ou financiamento ao terrorismo, deve comunicar imediatamente com as autoridades competentes, conforme previsto por Lei





## IV. Parti l ha de Casos



## 4.1 Partilha de casos

### Caso 1: Falsa Declaração de Rendimentos

Cliente A é Funcionário público de nível básico

Em 201X, através do mediador de seguros Y, o cliente A adquiriu uma apólice de vida, declarando que o seu rendimento mensal era de dezenas de milhares de patacas, mas não forneceu qualquer prova.

Nos cinco anos seguintes à entrada em vigor da apólice, A instruiu o mediador Y a exercer várias alterações:

- “Aumentos significativos na cobertura e no prémio de seguro;
- “Retiradas do valor em dinheiro da apólice;
- “Cessação do pagamento dos prémios, levando à caducidade da apólice.

**Posteriormente, o cliente A foi condenado por um crime.**



## 4.1 Partilha de casos

### Caso I: Questões de AML/CFT

#### Medida importante (1) reconhecimento de transações suspeitas

- £ Alterações incomuns no valor do prémio da cobertura;
- £ Múltiplos pagamentos de prémios seguidos de retiradas do valor em dinheiro da apólice ;
- £ Pagamento de prémios anuais que ultrapassem o limite estipulado, indicando o cliente/transação de risco elevado;
- £ A instituição seguradora e o mediador de seguros Y devem adoptar medidas adequadas e eficazes da diligência devida, para reconhecer casos suspeitos;
- £ A instituição seguradora deve aplicar o nível mais rigoroso da diligência devida para clientes de risco elevado.



## 4.1 Partilha de casos

### Caso I: Questões de AML/CFT

**Medida importante (2): Importância de educação e formação**

É O mediador de seguros Y deve aumentar a sua consciência sobre as obrigações da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de casos suspeitos.



## 4.1 Partilha de casos

### Caso I: Questões de AML/CFT

#### Medida importante (3): Implementação de medidas de controlo interno

É A instituição seguradora X deve possuir um sistema de gestão de informação (MIS) adequado para identificar transações complexas, incomuns e de elevado valor;

É Além de um sistema adequado, o mediador de seguros Y, ao auxiliar o cliente A com a apólice, deveria ter sido alertado para as alterações significativas e repetidas no valor do prémio e na cobertura, bem como as retiradas frequentes do valor em dinheiro. Tanto o mediador como a instituição seguradora deveriam ter tomado precauções.



## 4.2 Partilha de casos

### Caso 2: Transferência de Fundos em Múltiplos Níveis

- Ø O cliente B apresentou vários clientes não residentes, que compraram apólice de vida através do mediador do seguros Y;
- Ø Para pagar os prémios dessas apólices, o cliente B recolheu os prémios do primeiro ano e dos cinco anos subsequentes, que somaram vários milhões de patacas, e transferiu esses valores para a secretária Z do mediador Y;
- Ø A secretária Z apenas pagou o prémio do primeiro ano (cerca de várias centenas de milhares de patacas) em numerário, por meio de ordens de pagamento bancárias ou depósitos em numerário nas contas bancárias da instituição seguradora X, para cobrir os prémios dessas clientes. Os valores restantes não foram utilizados para o pagamento total dos prémios, permanecendo na sua conta bancária.
- Ø Um ano após a entrada em vigor da apólice, os clientes não residentes transferiram-na integralmente ou cederam todos os direitos a terceiros.
- Ø Essas ações resultaram na transferência de fundos de vários clientes internacionais para terceiros.



## 4.2 Partilha de casos

### Caso II: Questões de AML/CFT

#### Medida importante (1) reconhecimento de transações suspeitas

- £ A transferência invulgar de aplicações para terceiros por parte de grupo de clientes com base numa cessão/transferência absoluta de todos os direitos constitui um indicador de atividade suspeita.;
- £ Transferências e concentrações de fundos/ativos de grande valor, complexas e irregulares são inconsistentes com as três fases de branqueamento de capitais; e
- £ Clientes não residentes são considerados de risco elevado, sendo que tanto a instituição seguradora X quanto o mediador de seguros Y deveriam aplicar um nível mais rigoroso da diligência devida, bem como identificar padrões incomuns no pagamento de prémios, verificar a origem dos fundos e justificar adequadamente os pagamentos de prémios feitos por terceiros.



## 4.2 Partilha de casos

### Caso II: Questões de AML/CFT

#### Medida importante (2): reforço da diligência devida

- £ A instituição seguradora X e o mediador de seguros Y devem exigir uma diligência devida mais rigorosa para clientes de risco elevado, como o uso de documentos, dados ou informações de fontes confiáveis e independentes, para verificar a identidade do cliente e dos beneficiários efectivos, bem como as suas relações entre si;
- £ Devem obter justificações razoáveis para os pagamentos de prémios feitos por terceiros;
- £ Na ausência de justificações adequadas, a instituição seguradora X deve recusar a transferência total das apólices ou a cessação de direitos; e
- £ Medidas adicionais devem ser tomadas para verificar casos de resgate incomuns de apólices, estabelecendo contacto directo com o cliente.



## 4.2 Partilha de casos

### Caso II: Questões de AML/CFT

#### Medida importante (3): Importância de educação e formação do pessoal

- £ A instituição seguradora X e o mediador de seguros Y apresentaram uma fraca consciência sobre as suas obrigações em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, particularmente no que se refere ao reconhecimento de casos suspeitos através da actividade de seguros, aliás de demonstrarem falta de formação ;
- £ Se os fundos iniciais forem comprovadamente associados a crimes financeiros, a fraudes, entre outras infracções, a instituição seguradora X, o mediador Y e a secretária Z podem ser implicados em actividades de branqueamento de capitais; e
- £ Tanto a instituição seguradora X como o mediador Y devem reportar transacções suspeitas ao Gabinete de Informação Financeira.



## 4.2 Partilha de casos

### Caso II: Questões AML/CFT

#### Medidas importantes: importância de educação e formação

- £ A instituição seguradora X e o mediador de seguros Y apresentaram uma fraca consciência sobre as suas obrigações em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, particularmente no que se refere ao reconhecimento de casos suspeitos através da actividade de seguros, aliás de demonstrarem falta de formação ;
- £ Se os fundos iniciais forem comprovadamente associados a crimes financeiros, fraudes, entre outras infracções, a instituição seguradora X, o mediador Y e a secretária Z podem ser implicados em actividades de branqueamento de capitais; e
- £ Tanto a instituição seguradora X como o mediador Y devem reportar transacções suspeitas ao Gabinete de Informação Financeira.





Obrigado!



Apoio ao Serviço de Seguros de Crédito Exportação Baseado em Políticas

Introdução ao Modelo de Cooperação Comercial e de Investimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Outubro de 2024



01 | Seguro de crédito na China e introdução de produtos

02 | A Sinosure serve para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

03 | Projectos de investimento e financiamento da Sinosure com os Países de Língua Portuguesa

04 | Cooperação institucional e perspectivas futuras



01

Seguro de crédito na China e  
introdução de produtos



## › Seguros especiais

- ” Para promover a exportação e o investimento no estrangeiro das empresas nacionais, o governo fornece reservas de seguros, garantia da obtenção de divisas para as exportações das empresas nacionais, bem como a gestão de risco de crédito e os serviços de facilitação do financiamento, por meio de um negócio de seguros não lucrativo e com base em políticas.

### Comércio externo

Fornecer protecção contra risco de crédito para empresas exportadoras no comércio internacional devido à incapacidade ou relutância do comprador ou do banco emissor em pagar dívidas, ou perda de cobrança de divisas devido a acontecimentos políticos.



### Projectos relacionados ao estrangeiro

Fornecer protecção contra risco de crédito para os direitos e interesses legítimos de empresas e bancos em actividades económicas, tais como contratação de projectos estrangeiros, investimento estrangeiro e financiamento de projectos no estrangeiro.



# Agência de seguro de crédito à exportação

- › Mais de 70 países e economias principais em todo o mundo criaram agências oficiais de seguro de crédito à exportação (ECA), para apoiar as suas exportações e investimento estrangeiro.

“ COSEC Portugal : Companhia de Seguros de Créditos, SA

“ Brasil ABGF : Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias





## › Oficial

- “ Financiado e estabelecido pelo Ministério das Finanças da China
- “ Uma seguradora estatal com status de pessoa jurídica independente

## › Política

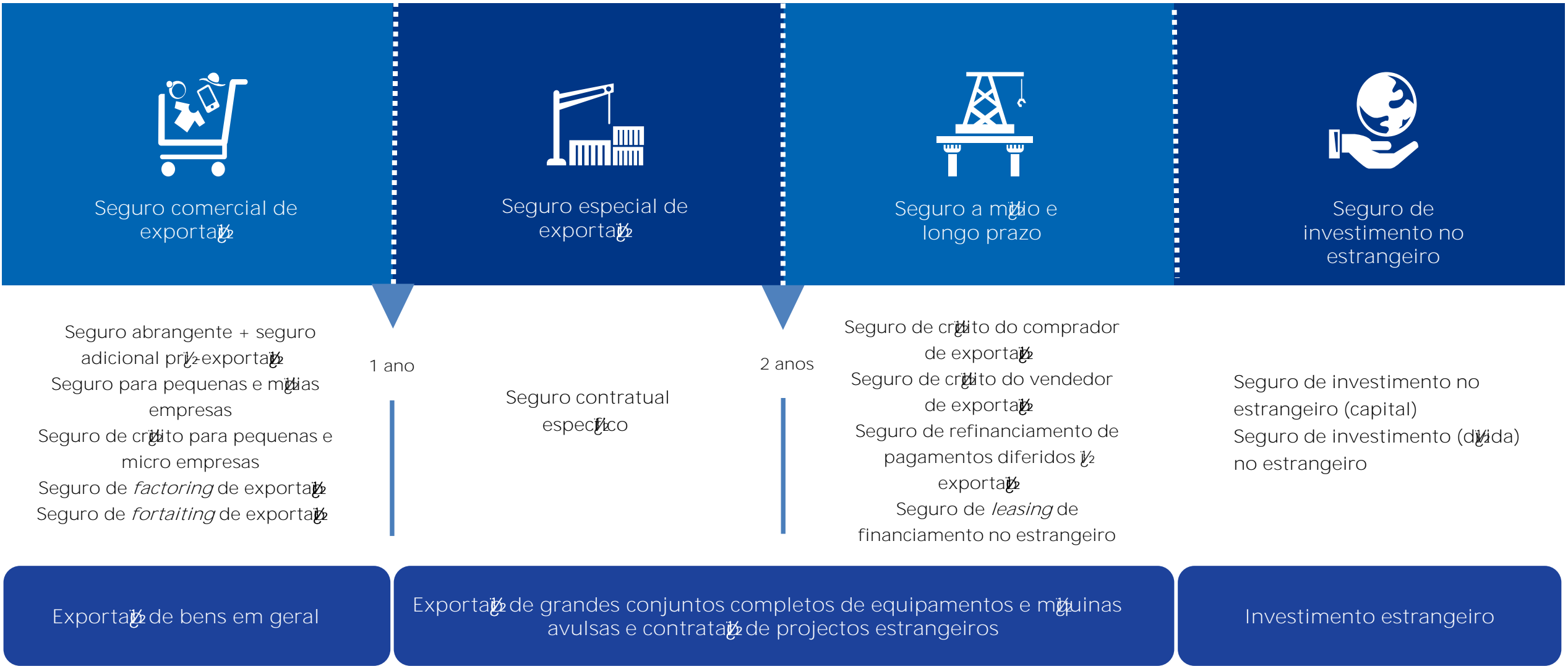
- “ Orientada para políticas e ao serviço da estratégia nacional
- “ Consistente com o *rating* de dívida soberana nacional da China (S&P A+, Moodys A1, Fitch A+)

## › Profissionalismo

- “ Especializada em seguro de crédito e serviços auxiliares e não se envolve em outros negócios
- “ A cobertura de seguros ficou em primeiro lugar pelo nono ano consecutivo entre as instituições oficiais de seguro de crédito à exportação do mundo

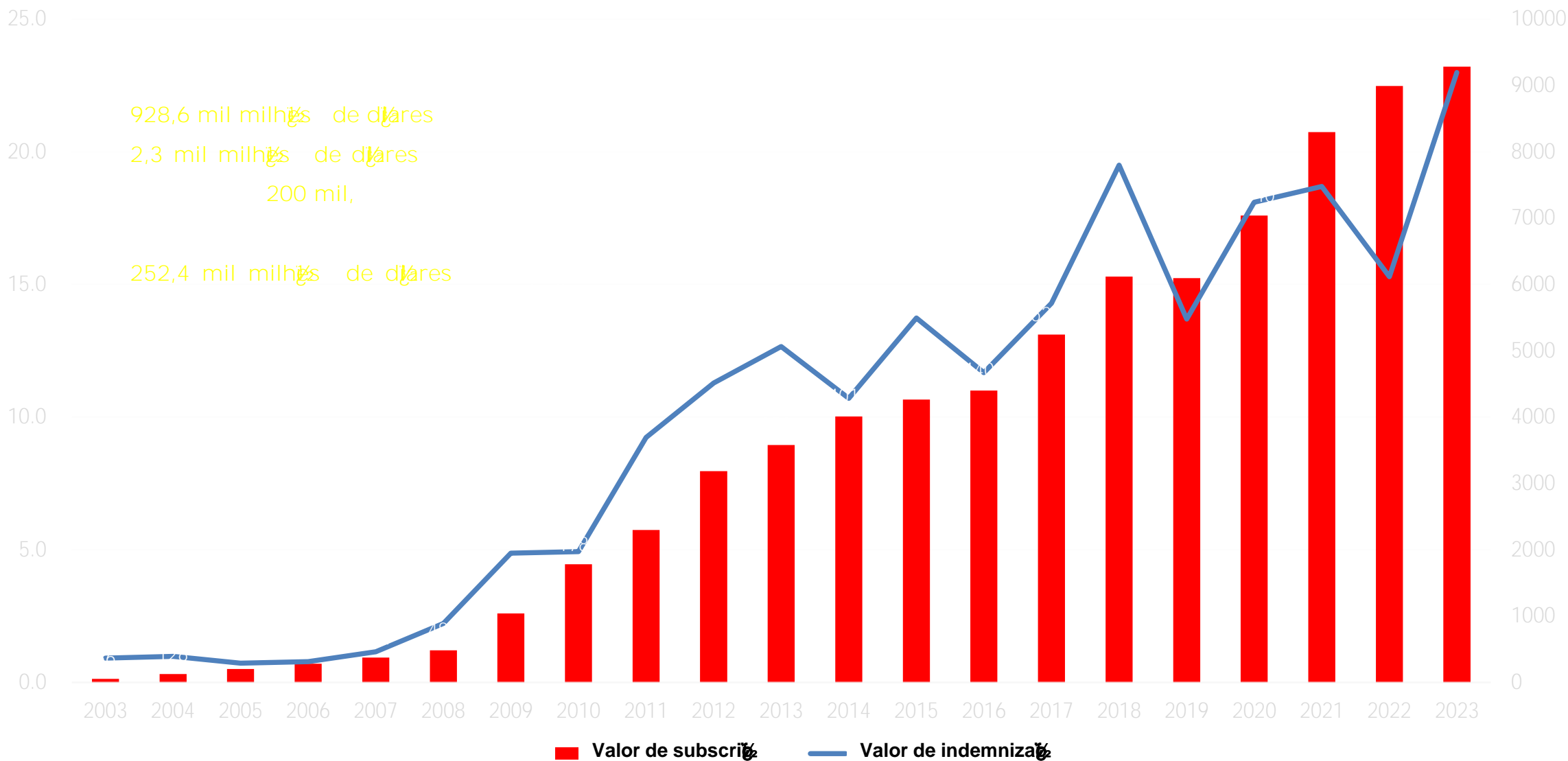


Principais produtos e serviços





# Expansão contínua da subscrição de seguros





# Clientes representativos

---



# Parceiros bancários globais

---



# 02

A Sinosure serve para a  
cooperação comercial entre a  
China e os Países de Língua  
Portuguesa



## Questões de risco de crédito no comércio internacional

---

- › Empresas exportadoras chinesas:
  - “ Falta de confiança nos clientes estrangeiros com os quais cooperam
  - “ Falta de conhecimento das práticas comerciais e cambiais instáveis em países de mercados emergentes
  - “ Uso de cartas de crédito ou "pague primeiro e entregue depois as mercadorias" para garantir a segurança da cobrança
- › Empresas compradoras no estrangeiro:
  - “ Falta de confiança nos fornecedores chineses
  - “ A compra de mercadorias com pagamento antecipado está sujeita ao risco de não entrega pelo fornecedor
  - “ Aumento dos custos de aquisição através da emissão de cartas de crédito por intermédio de bancos
  - “ Taxas de juro elevadas sobre empréstimos oferecidos por instituições financeiras em países de mercados emergentes



## A Sinosure serve para os produtos de comércio internacional

- › Seguro de crédito à exportação a curto prazo: Oferece proteção contra os riscos da cobrança de contas a receber e de divisa, relativas às mercadorias ou serviços exportados da China por carta de crédito ou não carta de crédito. O período de crédito da operação de subscrição geralmente inferior a um ano e não mais do que dois anos.

### Risco de negócios

- “ Falência, encerramento, dissolução e liquidação do comprador estrangeiro ou banco emissor
- “ Atrasos no pagamento por parte do comprador estrangeiro ou banco emissor
- “ O comprador estrangeiro recusa-se a aceitar as mercadorias

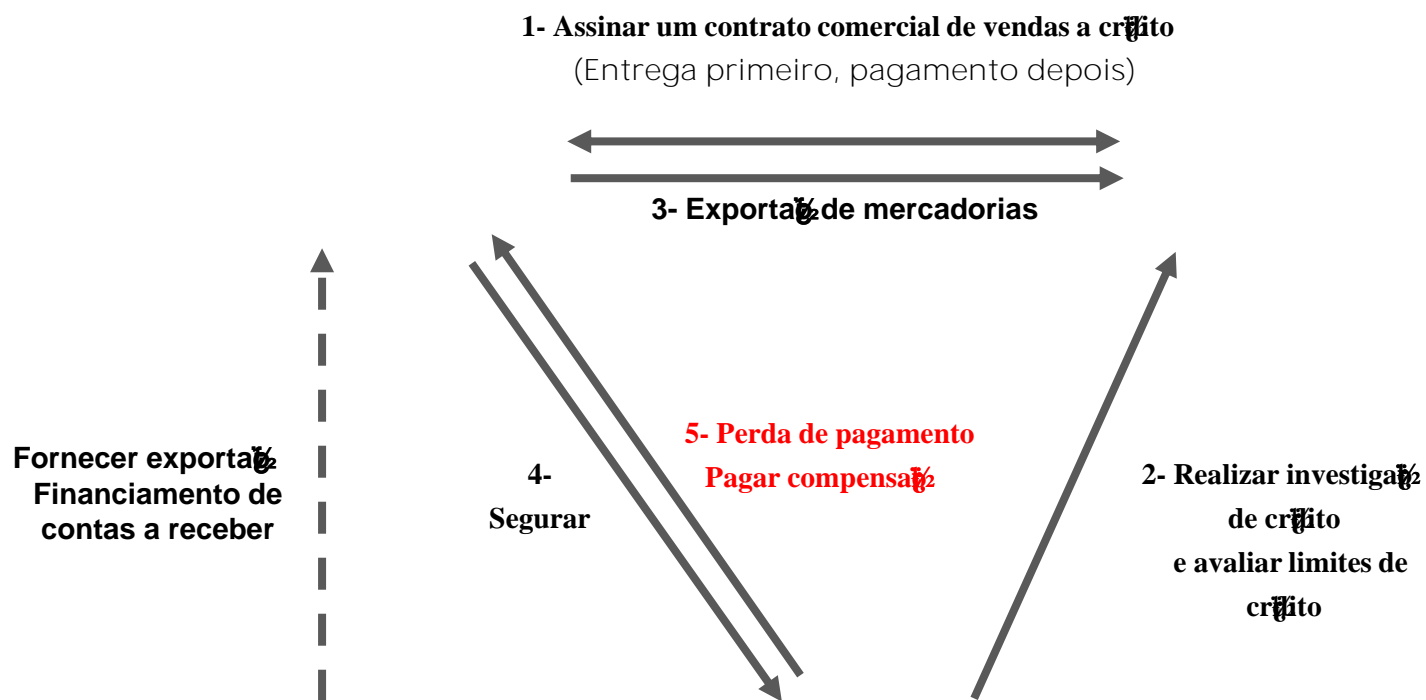
### Risco político

- “ O país importador proíbe ou restringe pagamentos externos
- “ O país importador revoga a licença de importação ou recusa-se a aprovar a prorrogação da licença de importação
- “ Guerra, guerra civil, rebelião, revolução ou motim no país importador
- “ País importador emite ordem de diferimento de pagamento



# A Sinasure serve para o modelo e o valor do comércio internacional

- Modelo de subscrição de seguro de crédito à exportação a curto prazo



- Valor dos serviços de seguro de crédito à exportação a curto prazo

~ Para empresas exportadoras chinesas:

- o Aumentar a confiança das empresas exportadoras chinesas na aceitação de encomendas
- o Apoiar as empresas exportadoras chinesas na expansão das exportações
- o Cooperar com o financiamento de aplicações para empresas de exportação chinesas

~ Para empresas compradoras no estrangeiro:

- o Melhorar a capacidade de compra de compradores estrangeiros de alta qualidade
- o Resolver problemas de capitais de compras para compradores estrangeiros
- o Estabelecer uma cadeia de fornecimento estável para compradores estrangeiros



› **Empresas brasileiras aproveitam a Sinosure para alcançar rápido desenvolvimento**

- “ A empresa G, empresa de eletrodomésticos de Guangdong, participou na Feira de Cantão em 2018 e conheceu a empresa W, cliente brasileiro de retalho de eletrodomésticos;
- “ A empresa brasileira Y adquiriu o primeiro lote de ar-condicionado totalizou US\$ 160 mil;
- “ A empresa chinesa G estava preocupada com o risco de cobrança após a exportação das mercadorias, pelo que procurou a ajuda da Sinosure:
  - Ø **Verificou** os antecedentes de crédito na empresa brasileira W;
  - Ø Com base na situação de crédito da empresa brasileira W, **avaliou** o valor das suas vendas e exportações a crédito;
  - Ø **Segurou** as contas a receber da exportação da empresa brasileira W, para evitar perdas devido à falta de cobrança no prazo estipulado.
- “ Após a avaliação da Sinosure, esta aceitou as necessidades de seguro a curto prazo para os clientes brasileiros para os seus negócios de aquisição;
- “ A empresa chinesa G entregou as mercadorias de acordo com o contrato e a empresa brasileira W pagou três meses após a recepção das mercadorias, o que aliviou muito a sua pressão financeira;
- “ **Com o apoio da empresa de eletrodomésticos de Guangdong e a Sinosure, a empresa brasileira G desenvolveu-se rapidamente e a sua quota do mercado aumentou de forma contínua.**



› **Projecto de aquisição de iluminação pública municipal LED da Guiné-Bissau**

- “ A União Económica e Monetária da Zona Ocidental, através da sua empresa afiliada ABREC, adquiriu 816 conjuntos de iluminação pública municipal LED para a Guiné-Bissau;
- “ Em 2014, o projecto foi adjudicado à empresa SP, empresa de conservação de energia e protecção ambiental de Zhejiang, na China, com valor contratual de US\$ 770 mil;
- “ A empresa ABREC efectuou um pagamento adiantado de 20% do preço de compra ao fornecedor, devendo os restantes 80% ser pagos em 12 prestações mensais após a recepção total das mercadorias;
- “ A empresa China SP estava preocupada com o risco de pagamento subsequente, por isso solicitou um seguro da Sinasure;
- “ A Sinasure avaliou de forma abrangente a situação do país da Guiné-Bissau, a pontuação e fiabilidade creditícia da empresa ABREC, o comprador do projecto de aquisição e as medidas de garantia de pagamento;
- “ A Sinasure segurou o projecto de aquisição de iluminação pública municipal LED, o que facilitou a assinatura da encomenda da empresa China SP.
- “ **Aliviou o problema do atraso na construção de iluminação pública municipal devido à escassez de energia na Guiné-Bissau e melhorou a qualidade da iluminação e a segurança da deslocação dos residentes.**



## A situação global do comércio de exportação segurado pela Sinosure para os PLP

- › Até o primeiro semestre de 2024, a Sinosure assegurou as exportações do comércio geral e as exportações de conjuntos completos de equipamento em grande escala, das empresas chinesas para os Países de Língua Portuguesa, entre outros:





03

Projecto de Investimento e Financiamento  
da Sinosure com os Países de Língua  
Portuguesa



# Complementaridade económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa

## Necessidades dos Países de Língua Portuguesa

- Melhorar continuamente o nível da infraestrutura nacional
- " Introduzir tecnologia avançada e grandes conjuntos completos de equipamentos
- " Captar negócios e investimentos, desenvolver a indústria transformadora e alcançar a industrialização
- " Obter apoio financeiro de instituições financeiras internacionais

## Capacidades das empresas chinesas

- Excelente relação qualidade - preço das capacidades globais da construção de infraestruturas
- " Grande conjunto completo de equipamentos com nível técnico de primeira classe
- " *Layout* global da capacidade de produção na indústria manufatureira de alta qualidade
- " Soluções competitivas de investimento e financiamento a médio e longo prazo

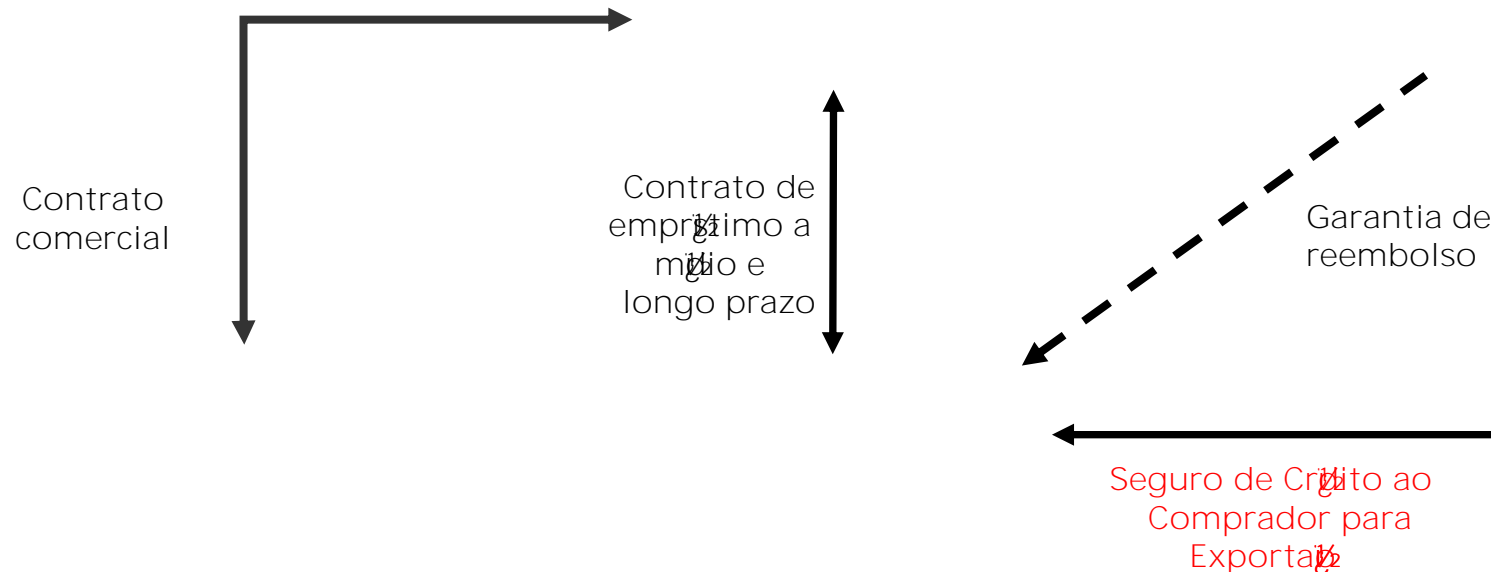


- › Seguro de capital de investimento no estrangeiro
- › Seguro de vida de investimento no estrangeiro
- › Seguro de crédito ao comprador de exportação a médio e longo prazo
- › Seguro de crédito ao vendedor de exportação a médio e longo prazo



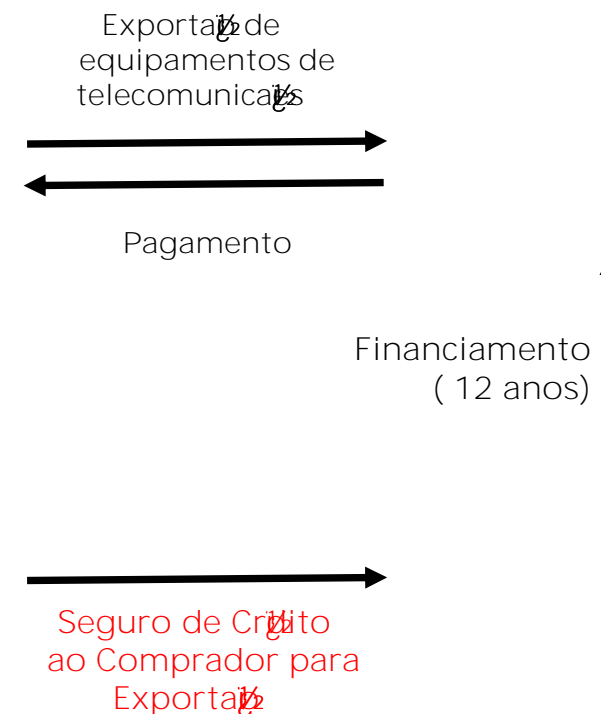
# Produtos de seguro de crédito à exportação a médio e longo prazo da Sinosure

- › Seguro de Crédito ao Comprador para Exportação : No modelo de financiamento de crédito ao comprador, a Sinosure oferece às instituições financeiras um produto de seguro destinado a garantir os acordos de empréstimo dessas instituições. O seguro cobre riscos comerciais, como falência, encerramento, dissolução e atraso em pagamentos devidos sob os acordos de empréstimo por parte do proprietário do projecto, assim como riscos políticos, como guerra, tumultos e restrições cambiais. O prazo máximo do seguro pode chegar a 15 anos.





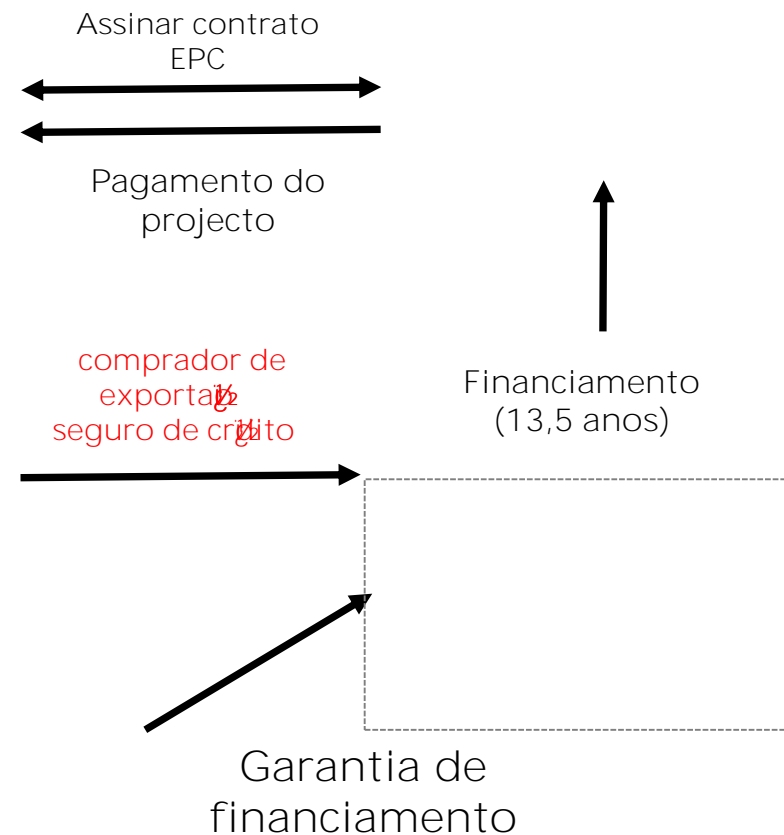
- › País: Portugal
- › Nome do projecto: Exportação de equipamentos de telecomunicações da Huawei para Portugal
- › Ano do projecto: 2011
- › Proprietário do projecto: Portugal Telecom, etc.
- › Exportador do projecto: Huawei Technologies, Co. Ltd.
- › Valor do projecto: 180 milhões de euros
- › Fundos do projecto: 15% de pagamento adiantado + 85% de financiamento de crédito do comprador para exportação
- › Segurado: Bank of China Co., Ltd. (Banco da China)
- › Período de cobertura: 12 anos





## Casos de projectos segurados de seguro de crédito ao comprador para exportação a médio e longo prazo

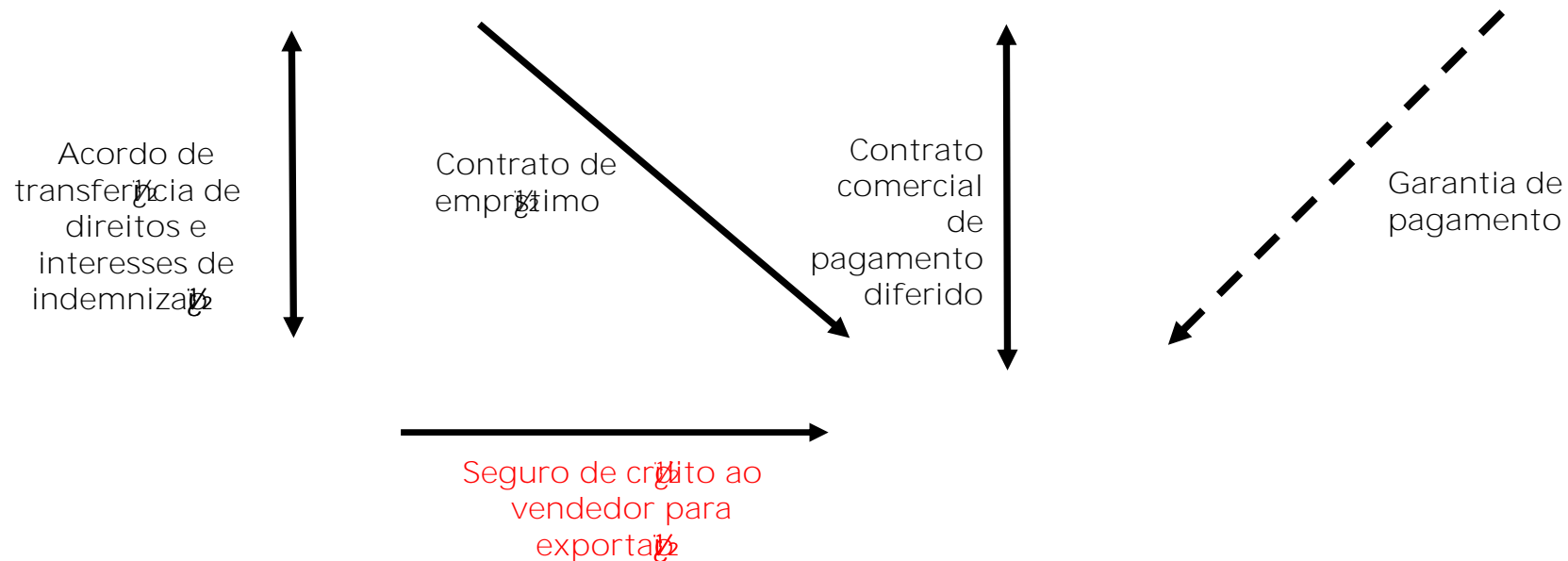
- › País: Angola
- › Nome do projecto: Construção da central hidroelétrica em Luasim, Angola, pela China Gezhouba Group, Co. Ltd.
- › Ano do projecto: 2014
- › Proprietário do projecto: Ministério da Energia e Águas de Angola
- › Exportador de projectos: China Gezhouba Group, Co. Ltd.
- › Valor do projecto: US\$ 260 milhões
- › Fundos do projecto: 15% de pagamento adiantado + 85% de financiamento de crédito do comprador para exportação
- › Fiador do projecto: Ministério das Finanças de Angola
- › Segurado: Banco Industrial e Comercial da China e Standard Bank da África do Sul
- › Período de cobertura: 13,5 anos





# Produtos de seguro de crédito à exportação a médio e longo prazo da Sinosure

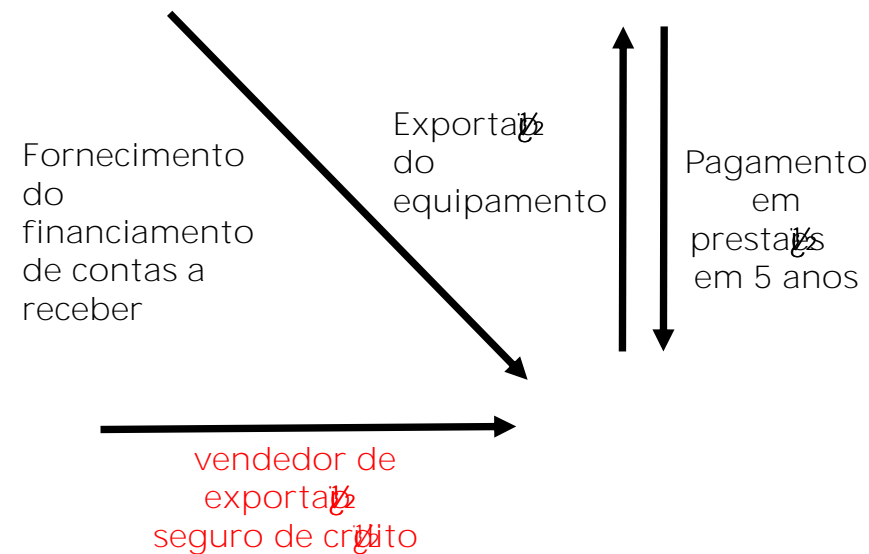
- › Seguro de crédito ao vendedor para exportação : fornecido a empresas de exportação ou empresas de construção chinesas, com o objectivo de garantir as contas a receber a longo prazo, ao abrigo dos contratos comerciais de pagamento diferido e cobrir riscos comerciais como declaração de falência, encerramento, dissolução e pagamento em atraso de quantias devidas no âmbito de acordos comerciais, bem como riscos políticos como guerra, tumultos e restrições cambiais, por um período mínimo de até 15 anos.





## Casos de projectos segurados de seguro de crédito ao vendedor para exportação a médio e longo prazo

- › País: Brasil
- › Nome do projecto: projecto de Exportação de Equipamentos Médicos da Sinopharm para o Rio de Janeiro, Brasil
- › Ano do projecto: 2020
- › Comprador do projecto: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Brasil
- › Exportador do projecto: Sinopharm (segurado)
- › Valor do projecto: US\$ 1,33 milhão
- › Fundos do projecto: 15% de pagamento adiantado + 85% de pagamento diferido por 5 anos
- › Banco de Financiamento: Banco de Exportação e Importação da China





# Produtos de seguro de investimento da Sinopure no estrangeiro

---

- › Seguro de capital de investimento no estrangeiro: Protege os direitos e interesses dos accionistas chineses no projecto de investimento contra perdas de capital social e rendimentos esperados devido a [riscos políticos](#) no país onde o projecto está realizado.
- › Seguro de vida de investimento no estrangeiro : Protege os empréstimos de accionistas de empresas chinesas no projecto de investimento no estrangeiro ou empréstimos de instituições financeiras para empresas chinesas no projecto de investimento no estrangeiro contra perdas causadas por [riscos políticos](#) no país onde o projecto está realizado.





## Casos de projectos segurados de seguro para investimentos no estrangeiro

---

- › País: Guiné Equatorial
- › Nome do projecto: Investimento da Wanpeng Timber Co., Ltd. no projecto de fábrica de transformação da madeira da Guiné Equatorial
- › Ano do projecto: 2015
- › Investidor: Wanpeng Timber Co., Ltd. (segurado)
- › Empresa do projecto: WANPEN FORESTRY da Guiné Equatorial
- › Objecto de subscrição: Capital social de US\$24 milhões
- › Riscos de subscrição: guerra e turbulência política, restrições cambiais, expropriação
- › Taxa de indemnização: 95%
- › Período de cobertura: 5 anos

Investimento de capital social no valor de US\$24 milhões



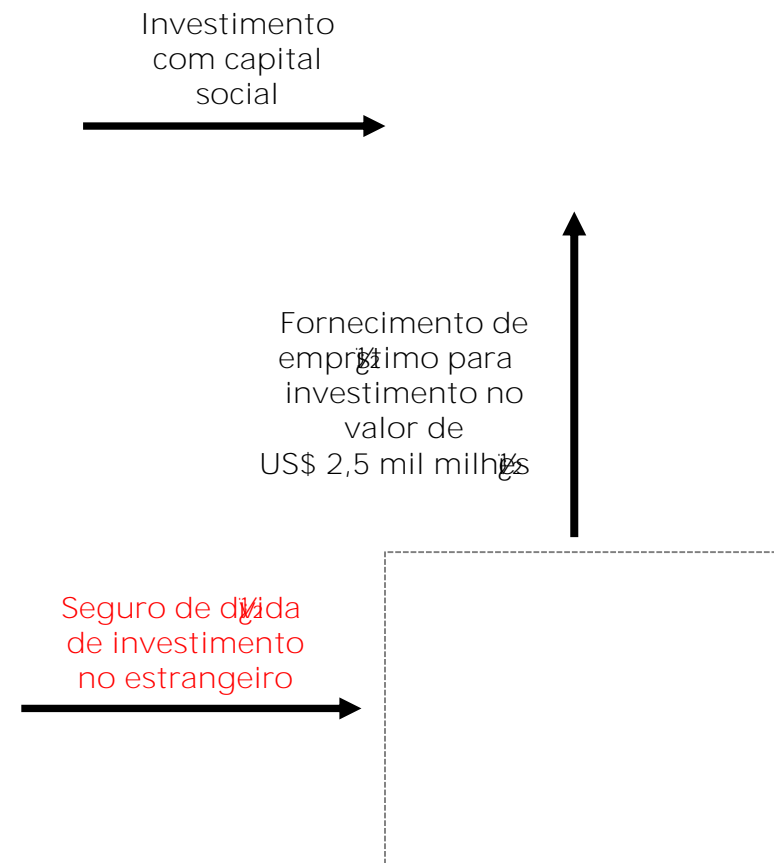
Seguro de capital de investimento no estrangeiro





# Casos de projectos segurados de seguro para investimentos no estrangeiro

- › País: Moçambique
- › Nome do projecto: Investimento da CNPC no projecto de Campo de Coral em Moçambique
- › Ano do projecto: 2017
- › Investidor: CNPC
- › Empresa do projecto: Empresa FLNG de Moçambique
- › Segurado: Banco Industrial e Comercial da China, Banco de Exportação e Importação da China, Banco da China
- › Objecto de subscrição: principal e juros de empréstimos sindicalizados, totalizando aproximadamente US\$ 2,5 mil milhões
- › Riscos de subscrição: restrições cambiais, expropriações, guerra e tumultos políticos
- › Taxa de indemnização: 95%
- › Período de cobertura: 15 anos





› **Até ao primeiro semestre de 2024:**

“ **Seguro de crédito à exportação a médio e longo prazo**

- Ø Foram segurados um total de **111 projectos** nos Países de Língua Portuguesa, com um valor total segurado de **US\$ 25,9 mil milhões** ;
- Ø A indemnização concedida foi **de US\$53,15 milhões de dólares** e o saldo passivo foi de **US\$16,5 mil milhões de dólares** ;
- Ø Envolveram-se áreas como infraestrutura, construção habitacional, engenharia oceânica , energias novas, entre outras.

“ **Seguro de investimento no estrangeiro**

- Ø Foram segurados um total de **49 projectos** em Países de Língua Portuguesa, com um valor total segurado de **US\$ 4,2 mil milhões** ;
- Ø Nenhuma indemnização foi concedida e o saldo passivo foi de **US\$2,1 mil milhões** ;
- Ø Envolveram-se áreas como parques industriais, exploração de petróleo e gás, processamento de metais, entre outras.



04

Cooperação institucional e perspectivas futuras



# Cooperação entre a Sinosure e as organizações internacionais de dos Países de Língua Portuguesa

---

Assinatura de acordo de cooperação com o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras

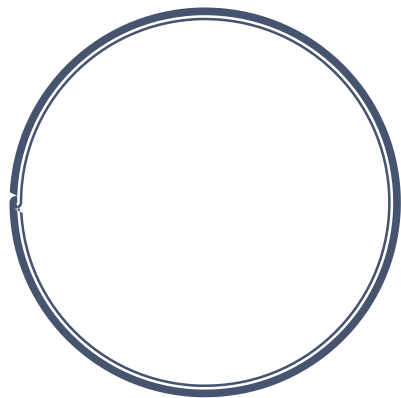
## Acordo-Quadro

Assinatura de um acordo-quadro de US\$2 mil milhões + US\$6 mil milhões com o Ministério das Finanças de Angola

Assinatura de um acordo-quadro económico e comercial com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

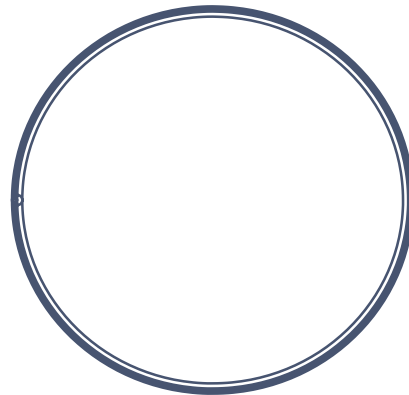
Assinatura de um acordo-quadro com o Ministério das Finanças de Moçambique





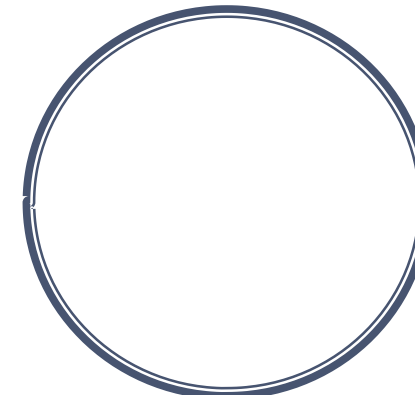
### Fortalecer os intercâmbios institucionais

- › Explorar a viabilidade da cooperação em co-seguro ou resseguro em diversas categorias de seguros com o sector segurador dos PLP
- › Explorar modelos de financiamento baseados nas práticas da Sinosure com instituições bancárias dos PLP



### Assinar um acordo-quadro

- › Assinar um pacote de acordo-quadro de seguro de crédito e financiamento de projectos com os governos ou empresas públicas dos países de língua portuguesa
- › Recomendar empresas de exportação correspondentes ou empresas contratantes de engenharia na China para projectos relevantes para se conectar



### Proteger o investimento corporativo

- › Reforçar a confiança dos investidores chineses no investimento nos PLP e proteger os projectos de investimento locais
- › Apoiar os PLP na promoção do investimento e negócios na China e prestar assistência financeira à cooperação económica e comercial sino-lusitana



Agradecemos a vossa atenção e  
aguardamos uma colaboração  
frutífera no futuro!